

Camponeses nortenhos: «conservadorismo» ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência? **

0. INTRODUÇÃO E ENUNCIADO DA QUESTÃO

O facto de os camponeses¹ do denso Norte e Centro do País terem surgido a participar activamente na cena política no pós-25 de Abril de 1974, particularmente no Verão de 1975, constituiu um factor decisivo na deslocação da relação de forças entre a «esquerda» e a «direita», permitindo uma recomposição e um reforço das componentes desta última.

A atitude reactiva do campesinato nortenho em relação ao rumo progressista do pós-25 de Abril de 1974 não só representa um fenómeno conjuntural ou casual, mas também aparenta reflectir uma constante histórica contemporânea.

Já Albert Silbert, no seu magnífico estudo sobre o fim do Antigo Regime, notara o seguinte em relação aos camponeses: «Não é a revolução, mas a sua ausência e o apoio às forças reaccionárias, que há que explicar.»²

Ao lado dos levantamentos regionais bastante autónomos, como o da Maria da Fonte, os antigos estratos do campesinato constituíram frequentemente, no século XIX, uma importante base social de apoio dos legitimistas, mediados pelos notáveis locais.

* Instituto de Sociologia da Universidade de Amesterdão, Holanda.

** O presente texto, apresentado em Abril de 1986 ao Congresso Europeu de Sociologia Rural, constitui, particularmente nas rubricas 0., 1., 2. e 3., uma versão resumida da parte que coube ao autor num trabalho conjunto com a antropóloga holandesa Marga van Toor, na Universidade de Amesterdão, e traduzido em português sob o título «Sobreviver e resistir como camponeses» (policopiado), Amesterdão, 1982. As rubricas 4. e 5. constituem uma primeira abordagem de dados recolhidos em trabalho de campo numa investigação em curso, cujos elementos quantitativos se encontram em fase de tratamento. Aproveito para agradecer ao corpo redactorial da *Análise Social* a oportunidade da publicação e, em particular, algumas observações pontuais dos colegas e amigos José Manuel Sobral e Aida Valadas Lima.

¹ O termo camponeses (parcelares) / campesinato, subsumindo diversas camadas hierarquizadas, engloba uma classe social, composta de homens e mulheres que, organizados em unidades domésticas e baseados exclusiva ou predominantemente na força de trabalho familiar, dispõem do cultivo de um ou vários pedaços de terra, próprios e/ou arrendados, vivendo, eventualmente em complementaridade com outras fontes de rendimento, apenas ou sobretudo do produto do seu trabalho.

² A. Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, vol. 1, Lisboa, Livros Horizonte, 1978 (1966), p. 79. Sobre os séculos XIX e XX cf. J. Oliveira Martins em A. Silbert, *Le «collectivisme agraire» au Portugal: histoire d'un problème*, Lisboa, 1960, p. 51; J. Silva Dias, «O vintismo: realidades e estrangulamentos políticos», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pp. 303-308; N. Gonçalves Mon-

Não foi igualmente por acaso que os republicanos (1910-26), sendo, em princípio, partidários da atribuição generalizada dos direitos cívico-políticos, incluindo o sufrágio universal, acabaram por impedir o seu alargamento à população campestre.

Sintomático do fosso existente entre os republicanos letrados e o «velho» campesinato é o facto de se encontrar nos campos o suporte social das tentativas de restauração monárquicas.

A débil implantação e até a ausência não só dos partidos liberais-republicanos, mas também das organizações socialistas e comunistas entre o campesinato nortenho, manter-se-ão quer durante a I República, quer ainda durante o regime ditatorial salazarista. Poder-se-á neste ponto objectar que, sob o regime ditatorial de Salazar e Caetano, não eram admitidas manifestações de protesto. Há, porém, que sublinhar que, já em pleno pós-25 de Abril, os levantamentos campestres no Norte e Centro do País, bem como nas ilhas da Madeira e dos Açores, não se dirigiram contra os notáveis conservadores, mas justamente contra pessoas progressistas locais, bem como contra o governo central de Vasco Gonçalves.

Na sociedade portuguesa, predominantemente agrária até meados do século XX, a população campestre, na sua maioria, mostrou, por mediação da Igreja e seus representantes locais, uma considerável anuência passiva para com a *élite* governante salazarista³. Os protestos locais campestres durante o «Estado Novo» apresentaram um carácter incidental e/ou defensivo, distinguindo-se da resistência mais ofensiva e combativa por parte dos assalariados fabris e rurais e de outras camadas trabalhadoras que se esforçavam por se organizar em sindicatos, ora oficiais ora clandestinos.

Nos fenómenos de migração e, particularmente, de emigração detectam-se diferentes padrões de comportamento e expectativas entre os trabalhadores assalariados rurais e urbanos, por um lado, e os pequenos camponeses emigrados, por outro⁴. Enquanto os primeiros estavam mais

teiro, *Sociedade Rural e Miguelismo. Alguns Problemas e Hipóteses de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1982, e «Lavradores, frades e forais: revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça (1820-1824)», in *Ler História*, n.º 4, 1985, pp. 31-87; J. M. Ferraz, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)», in *Análise Social*, n.ºs 42-43, vol. XI, 1975, p. 454. Sobre o pós-25 de Abril de 1974 cf. T. Gallagher, «Peasant Conservatism in Portugal», in *Iberian Studies*, vol. VI, 1977, pp. 63-64; J. Tavares, «Les paysans, l'église et la politique dans un village portugais», in *Temps Modernes*, n.º 360, 1976, pp. 2234-2274; C. Collin, «La contre-révolution dans les campagnes portugaises», in *Temps Modernes*, n.º 351, 1975, p. 391; J. A. G. M. Burguete, *O Caso Rio Maior*, Lisboa, O Século, 1978, 86; J. Madureira Pinto, «Condição camponesa e abstenções», in *Praxis*, n.ºs 9/10, 1980, pp. 3-41, e «Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal», in *Análise Social*, n.º 70, 1982, pp. 107-136; J. Ferreira de Almeida, «Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês», in *Análise Social*, n.º 84, 1984, pp. 583-620.

³ Tal não significa que não tenha havido conflitos a serem esclarecidos pela pesquisa histórica e sociológica. Refiram-se, em todo o caso, as contestações campestres contra a proibição da produção e da venda do chamado «vinho americano», resultante do respectivo Decreto de 18 de Janeiro de 1955, assim como os protestos locais contra a apropriação estatal ou particular de baldios e destruição de pastagens, nomeadamente numa das aldeias sob estudo, em consequência da plantação de pinheiros e eucaliptos no interesse de intermediários e das indústrias de madeira e celulose. [Cf. já em Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, Lisboa, Bertrand, 1979 (1958); A. Cunhal, *Rumo à Vitória*, Porto, Edições Opinião, 1974 (1964), p. 197.]

⁴ Ver, a respeito de Itália, McDonald em *Occidente*, vol. XII, n.º 5, Setembro/Outubro de 1956, pp. 437-455, in E. Malefakis, *Reforma agraria y revolución campesina en España*

dispostos à participação na luta sindical colectiva, partiam os pequenos camponeses da ideia de que, trabalhando duramente, com horas extraordinárias e economizando ao máximo, seria possível realizar ou restabelecer o seu velho sonho de independência económico-social. Socialmente considerada, a emigração dos camponeses representou objectivamente uma espécie de protesto em massa, mas praticamente sem expressão activa, organizada.

A força eleitoral dos partidos conservadores nas sucessivas eleições parlamentares, autárquicas e presidenciais no pós-25 de Abril de 1974 coincide, em grande parte, com a zona minifundiária do Norte e Centro, registando-se uma certa estabilidade e, não raras vezes, um avanço em detrimento dos partidos progressistas⁵.

Mas será que os camponeses são conservadores por serem «pequenos patrões», devido ao seu carácter «pequeno-burguês», tal como explícita ou implicitamente sugerem alguns autores marxistas?⁶

O raciocínio destes autores assentaria no facto de, não se enquadrando os camponeses na relação salarial e dispondo de meios de produção (terra, gado), constituiriam como que uma espécie de miniburguesia, em que a posse ou a propriedade da terra funcionaria como elemento central que, qual cordão umbilical, prenderia o campesinato à burguesia. E, partindo da concepção clássica de que as fracções da pequena burguesia são duvidosas e vacilantes, o campesinato como tal penderia para o lado mais forte: a burguesia!

Segundo estudos recentes, 88% a 90% ou mais das «empresas» agrícolas são unidades domésticas familiares, que contribuem com 56% do produto agrícola bruto (PAB), constituindo os agricultores capitalisticamente orientados uma minoria que participaria apenas em 14% do PAB⁷. No meu entender, não tem sido a componente burguesa empreendedora no sector agrário, mas os elementos campestinos não burgueses, que têm constituído a principal classe-apoio não dominante do bloco conservador.

en el siglo XX, Barcelona, ADL, 1971 (1970), p. 133. Sobre a França ver Ph. Gratton, *Les luttes de classes dans les campagnes*, Paris, Anthropos, 1971, «Le mouvement ouvrier et la question agraire de 1870-1947», in Y. Tavernier e outros (orgs.), *L'univers politique des paysans*, 1972, pp. 163-195; C. Meillassoux, *Terrains et théories*, Paris, Anthropos, 1977, p. 208; B. Lambert, *Os Camponeses na Luta de Classes*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 100. Sobre Espanha cf. E. Sevilla-Guzmán, *La evolución del campesinado en España*, Barcelona, Ediciones Península, 1979, pp. 107-187. E sobre alguns países do Terceiro Mundo cf. P. Worsley, *The third world*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1964, pp. 155 e segs.

⁵ Cf. os resultados do estudo de A. Alarcão «'Comportamento' político dos cidadãos em regiões da 'pequena agricultura'», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, 1981, pp. 346, 347 e 353.

⁶ A. Castro, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 86; M. Bairrada e A. Marques, «As classes sociais em Portugal 1950-1980», in *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 1290 e segs.; R. Costa, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1975, pp. 200-207; colectivo in *Arma Crítica*, n.º 1, 1975, p. 84; e, de modo ora indefinido, ora implícito ou pontual, cf. respectivamente J. Silva Martins, *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, vol. I, Lisboa, Prelo Editora, 1976 (1973), pp. 37 e segs. e 79 e segs.; A. Cunhal, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Lisboa, Edições Avante!, 1976 (1966), p. 174; F. M. Rodrigues, «Luta de classes ou luta de todos os portugueses honrados» e sobretudo «Abandono da aliança operário-camponesa», in *Revolução Popular*, n.º 3, 1965, pp. 63-84, e n.º 1, 1964, pp. 14-19.

⁷ F. C. Cordovil, *Estrutura das Explorações Agrícolas*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1979, pp. 119 e segs.; A. Barros, «Modalidades da pequena agricultura», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, 1981, p. 12; C. Cavaco, *A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal*, Lisboa, Centro de

Mesmo sem estabelecer um paralelo com os padrões de vida modernos, a maioria dos camponeses vivia em condições precárias, sem infra-estruturas, ou então muito deficientes, sem cuidados médicos nem previdência social⁸. Como se explica então que a acção política dos camponeses parcelares não só tivesse travado o desenrolar progressista dos acontecimentos, mas também estivesse, inclusivamente, perpassada por ligações «conservadoras» e acabasse por reforçar o bloco social político dominante dos latifundiários e camadas burguesas conservadoras?

À primeira vista, parece haver um desfasamento entre a situação socioeconómica precária dos camponeses parcelares e uma posição político-ideológica não correspondentemente revoltosa, mas precisamente resignada, fatalista⁹. É para este embaraçoso «conservadorismo» que se tenta encontrar uma explicação. Daí o poder formular-se a questão nos seguintes termos:

Quais os principais factores e mecanismos que explicam quer a diversidade de acção política dos camponeses parcelares, quer, particularmente, a já referida atitude de passividade e de quietismo, que acabam por favorecer o bloco de poder conservador?

Todas as organizações de esquerda, mormente os partidos comunistas, insistem repetidamente nos seus programas na necessidade e na importância de o movimento operário ganhar as classes ou camadas médias, entre elas o campesinato, para uma frente antilatifundista e antimonopolista¹⁰. Raramente esta tese foi posta em causa, não se perguntando sequer até que ponto os camponeses estão interessados num forte movimento operário. Mais: será possível a realização da aliança operário-camponesa? E, se o é, sob que condições?

Quanto ao caso português, verifica-se a ausência de semelhante convergência histórica entre operariado e campesinato, não se tendo vislumbrado tão-pouco prenúncios significativos de união entre os camponeses parcelares e os operários rurais (e urbanos), como, por exemplo, durante e a propósito das ocupações de terra no pós-25 de Abril de 1974¹¹.

Estudos Geográficos, 1980, p. 9; A. Offenberg e P. de Wit, *Kleine boeren in portuguese agrarische hervorming*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1980, pp. 41 e 49-54. A predominância das empresas familiares na formação social portuguesa já tinha sido salientada por A. Sedas Nunes, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, n.ºs 7/8, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1964, p. 417, e (em colaboração com D: Miranda) *O Desenvolvimento em Portugal: Aspectos Sociais e Institucionais*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1971.

⁸ Cf. índices em M. C. Silva e M. van Toor, *Verzet van kleine boeren in Noord Portugal*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1982, pp. 53-64 (traduzido em português sob o título *Sobreviver e Resistir como Camponeses*, 1982, policopiado).

⁹ Poulantzas designou este desfasamento de contradição entre a «determinação estrutural de classe» e a «posição política de classe» (N. Poulantzas, *Classes in contemporary capitalism*, Londres, NLB, 1975, pp. 13-24). Cf. também A. Leppert, *De deklassierte klasse (Studien zur Geschichte und Ideologie des Kleinburgertum)*, Francoforte do Meno, Fischer Taschenbuch Verlag, 1974, pp. 32-37. Porém, estes autores denotam na questão referida uma incompreensão da acção campesina pelo facto de não terem em conta a especificidade da economia campesina e suas estratégias familiares.

¹⁰ Por exemplo, PCF, in L. Perceval, *Com os Camponeses para Uma Agricultura Moderna*, Lisboa, Prelo Editora, 1973, pp. 201 e segs., e PCP, in A. Cunhal, *op. cit.*, 1974 (1964), pp. 139 e segs.

¹¹ A. Barros, *A Reforma Agrária em Portugal: das Ocupações de Terra à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária. Instituto

De acordo com a explicação clássica, que encontrou certo eco em marxistas portugueses, é dado normalmente como assente que o comportamento dos camponeses se deveria igualmente aos efeitos negativos temporários da «repressão política», da «manipulação ideológica», do obscurantismo salazarista: o analfabetismo, a «ignorância» e/ou a «falsa consciência» dos camponeses¹².

Nas décadas de 1960-70, alguns marxistas de inspiração maoista, críticos do PCP, acrescentam ainda que um factor complementar, mas decisivo, para explicar a ausência da esquerda entre os camponeses do Norte seria «o abandono oportunista e traidor», por parte dos «revisionistas» do PCP, da aliança operário-camponesa¹³.

Os aparelhos de Estado, a ideologia dominante, nomeadamente a religião católica, e o analfabetismo entre os camponeses constituem indubitavelmente condições ora necessárias ora coadjuvantes para o domínio de classe. Mas, embora tais factores contribuam para a compreensão do comportamento dos camponeses, nomeadamente da sua passividade, eles são insuficientes para a sua explicação.

Os camponeses nortenhos também eram crentes e analfabetos e, contudo, levantaram-se contra o Estado liberal (caso da Maria da Fonte). A acção política dos assalariados rurais (e industriais) e pequenos seareiros do Sul, igualmente analfabetos, foi, já neste século, de sinal contrário ao da dos camponeses nortenhos. A bem dizer, nas explicações de carácter ideologizante e moralizante, não só é ignorado ou subestimado o funcionamento da economia campesina, como também os próprios camponeses são vistos como seres amorfos, sem cultura e história próprias e como instrumentos passivos de forças cegas, pérfidas.

O campesinato parcelar é, assim, frequentemente analisado a partir de fora, como «classe-objecto», e não a partir de dentro, da sua posição. Neste sentido, é de capital importância recorrer-se ao método weberiano da «compreensão» (*verstehen*) como instrumento para poder compreender e explicar a acção teleológica, empaticamente inteligível e racional do campesinato¹⁴.

Gulbenkian de Ciência, 1979, pp. 77-80; V. M. Ferreira, *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, Regra do Jogo, 1977, pp. 113, 153 e segs.; M. V. Cabral, «Agrarian structures and recent rural movements in Portugal», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 4, 1978, pp. 428-429; E. Malefakis, «Two Iberian land reforms compared: Spain, 1931-36, and Portugal, 1974-78», in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1980, p. 469; P. Hoebink, «Vijf jaar na de 25 april in de portuguese landbouw», in *Vijf jaar landhervorming*, Wageningen, Congrès International Agrarisch Centrum, 1979, pp. 5-6, especialmente em Portalegre e em Santarém, em que a relação entre pequenos camponeses e assalariados rurais é de 1:2,7. Sobre o processo de reforma agrária cf. também A. Bandarra e N. Jazra, *A Estrutura Agrária Portuguesa Transformada?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, pp. 61 e segs.

¹² A. Cunhal, *op. cit.*, 1974 (1964), p. 197. Ver também A. Offenbergh e P. de Wit, *op. cit.*, 1980, pp. 151-152, e F. M. Rodrigues, arts. cit. in *Revolução Popular*, n.º 3, 1965, p. 81.

¹³ F. M. Rodrigues, arts. cit. in *Revolução Popular*, n.º 1, 1964, pp. 12-19.

¹⁴ Sobre este aspecto consultar M. Weber, *The theory of social and economic organisation*, Londres, William Hodge and Company (ed. Henderson and Parsons), 1947 (1922), pp. 79-112. (Utilizada também a edição de Guenther Roth & Claus, *Economy and Society*, Califórnia, University of California Press, 1978; V. Bader et alii *Einführung in die Gesellschaftstheorie, Gesellschaft, Wirtschaft und Staat bei Marx und Weber*, Francoforte do Meno, Campus, 1980 (1976), pp. 11-23, 65-83 e 88-113; P. Bourdieu, «La classe-object», in *Actes de Recherche*, n.ºs 17-18, Novembro de 1977, pp. 1-5.

Procurar compreender e explicar o comportamento sociopolítico dos camponeses nortenhos, explicitar a sua racionalidade e estratégias de sobrevivência e resistência, bem como de melhoria da sua posição — eis o que, à luz dos resultados (em elaboração) do trabalho de campo em duas aldeias do Minho, e sobretudo de elementos recolhidos de investigação histórico-teórica nos últimos anos, me proponho. De acordo com uma hipótese explicativa nos campos económico e político, perspectivados numa dimensão histórica, a tarefa mencionada implicará fazer incidir o acento tónico nos seguintes itens:

1. Exposição de modelos ou teorias correntes sobre a acção campesina: o modelo funcionalista, o modelo psicológico, o modelo de poder e o modelo histórico-materialista;
2. Breve caracterização da economia e da racionalidade campesinas, contrapondo-as às concepções sobre o campesinato da moderna racionalidade liberal, por um lado, e do marxismo ortodoxo, por outro;
3. Sucinta incursão nos antecedentes históricos do campesinato e sua articulação com as demais classes inseridas nos blocos sociopolíticos, demarcando esta evolução nalguns períodos-chave;
4. Menção de algumas estratégias familiares de reprodução com vista à sobrevivência e à melhoria da sua condição social, nomeadamente nos arranjos à volta do casamento e da herança, na pluriactividade familiar, nomeadamente nas migrações;
5. Referência às formas de dependência política dos camponeses em relação aos seus patronos e caciques locais e, perspectivando as normas e valores campesinos no quadro das relações de poder, dar especial relevo ao papel parapolítico e ideológico da Igreja.

1. QUE MODELOS EXPLICATIVOS?

Não há concordância sobre qual ou quais os factores determinantes para explicar o comportamento campesino. As respostas — que nem sempre são dadas de maneira explícita — podê-las-ei subsumir em quatro modelos: o modelo funcionalista, o modelo psicológico, particularmente o da corrente behaviorista, o modelo de poder e o modelo ou a abordagem materialista-histórica. Embora com desigual intensidade, os três primeiros modelos são criticados na medida em que, através de conceitos como cultura, sentimento e poder respectivamente, ultrapassam os seus limites empíricos e são elevados a categorias explicativas de carácter universal, constitutivo.

1.1 CAMPESINATO E TIPOS IDEAIS DE CARÁCTER FUNCIONALISTA

Diversos autores têm procurado explicar tacitamente o «conservadorismo» do campesinato português partindo dum tipo ideal ontológico em que o comportamento campesino é envolto numa roupagem moralizante. E, assim, são explicitados certos arquétipos ou personalidades-base, por vezes contraditórias, como personalidade campesina individualista¹⁵ e cal-

¹⁵ Embora nem sempre explicitamente, cf. F. M. Cunha, *Notas Etnográficas sobre Barcelos*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1932, p. 110; E. C. Caldas, *Formas de Exploração da*

culista em relação a uma outra, solidária e comunitarista, hospitaleira e dionisiaca¹⁶.

Políticos e ideólogos conservadores portugueses há que têm considerado os camponeses parcelares portadores de virtudes «conservadoras», tais como discrição, prudência e equilíbrio¹⁷.

Esta maneira de pensar tem sido desenvolvida pela corrente funcionalista, que tenta explicar as formas de acção campestre, agrupando-as na concepção clássica de «cultura».

As colectividades camponesas funcionariam como um todo relativamente fechado, hierárquico e harmonioso, em que cada uma das partes seria dependente da outra, possuindo estatutos e preenchendo papéis complementares. Como tal, elas devem ser explicadas organicamente em si próprias e exclusiva ou predominantemente a partir de si próprias, na sua totalidade cultural integradora (laços de parentesco, língua, religião, folclore)¹⁸, sem qualquer referência à polarização de grupos e/ou classes sociais ou relação com o Estado.

Uma breve retrospectiva histórica das inúmeras revoltas campestres¹⁹ é, por si só, suficiente para desfazer esta abordagem a-histórica, idealista, e mostrar os seus aspectos político-ideológicos tendenciosos, em proveito da manutenção da desigualdade social/estrutural.

Reduzir a acção camponesa a determinadas personalidades-base representa propriamente uma concepção a-histórica e metafísica, que baseia a acção humana em determinados estereótipos, ou seja, numa espécie de caracteres eternos ou seculares inerentes à «natureza» humana, tal como egoísmo e ciúme, *versus* altruísmo e participação.

Estas construções apriorísticas acerca do campesinato são apresentadas como explicação daquilo que há justamente que explicar: ora a conduta quietista, ora a acção revoltosa dos camponeses.

Propriedade Rústica, Lisboa, Sá da Costa, 1947, pp. 116, 162 e 268; M. J. P. Maciel, *Monografia sobre Durrães*, Braga, separata de *O Distrito de Braga*, vol. IV da 2.ª série (VIII), 1979, pp. 41-42. Sobre Itália ver também, até certo ponto, a tese do «familismo amoral» em E. Banfield, *The Moral Basis of a Backward Society*, Ilinóis, The Free Press, 1958, pp. 166-169, no seu estudo sobre os camponeses de Montenegro, posição aliás patenteada na correcta crítica ao «familismo amoral» de Banfield por S. Silverman «Agricultural organization, social structure and values in Italy: amoral familism reconsidered», in *American Anthropologist*, n.º 70, 1968, pp. 1-20.

¹⁶ J. Dias, *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Tipografia Imprensa Portuguesa, 1953, pp. 15, 67 e 542-547.

¹⁷ R. Preto, *A Traição Burguesa*, Lisboa, Tipografia Renascença, 1945, pp. 48-51; A. O. Salazar, *Discursos II*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, pp. 137-138 e segs.; P. T. Pereira, *A Batalha do Futuro*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, pp. 48 e 142.

¹⁸ Cf. Kroeber, 1948, p. 284, in P. Kloos, *Culturelle Anthropologie*, Assen, Van Gorcum en Comp., 1972, p. 119; R. Redfield, *Peasant society and culture*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 4.ª ed., 1956; J. Pitt-Rivers, *The people of the Sierra*, Chicago, The University of Chicago Press, 1971 (1954); Le Play (1881), in N. Eizner, «Idéologie paysanne», in Y. Tavernier et alii (orgs.), *op. cit.*, 1972, p. 319; R. Linton, *Le fondement culturel de la Personnalité*, Paris, Dunod, 1967, sobre o qual importa referir a crítica de L. Seve, *Marxisme et théorie de la personnalité*, Paris, Éditions Sociales, 1975, pp. 108-114; Malinowski, em crítica de M. Jollivet, «Sociétés Rurales et Capitalisme», in *Collectivités rurales françaises*, vol. II, Paris, Collin, 1974, pp. 160-184; T. de Sousa, *O Regime Pastoral das Populações do Gerez (1907-1908)*. Serra do Gerez. Estudos, Aspectos e Paisagens, Porto, 1909; J. Dias, *op. cit.*, 1953, pp. 15-17, e *Contribution to Portuguese Anthropology*, Joanesburgo, Witwaterstrand University Press, 1964, pp. 81-83.

¹⁹ Sobre revoltas e revoluções campestres de carácter antifeudal e, mais tarde, anticapitalista cf. H. Mendras, *Sociétés paysannes*, Paris, Collin, 1976, pp. 114-116; B. Moore,

Modernas teorias psicológicas, especialmente a behaviorista, começariam por abandonar a tipologia clássica fixista por a considerarem metafísica. Embora ainda influenciada pelo funcionalismo, a corrente behaviorista reconheceu uma maior variabilidade do comportamento humano, nomeadamente do campesinato. A explicação do comportamento humano-campesino, sobretudo quanto ao eclodir ou não de situações revolucionárias, assentaria em variáveis mensuráveis, que forneceriam a medida de satisfação-insatisfação, apatia-rebelia, coragem-angústia, frustração-agressividade. Estes «estados mentais» seriam, por sua vez, operacionalizados em determinadas variáveis de estratificação (rendimento, educação, estilo de vida, cuidados médico-sociais, etc.). E, assim, chegar-se-ia à relação causal entre a posição no sistema de estratificação, com os sentimentos correspondentes e a sua acção social²⁰.

Aplicado aos camponeses, significaria este raciocínio que quanto mais inferior fosse o escalão em que eles se situassem na pirâmide da estratificação em relação à posse de meios de produção (terra, gado), tanto mais descontentes, famintos de terra e, portanto, mais inconformistas e revoltosos seriam.

A passividade ou a explosão colectiva não podem ser deduzidas da soma de indivíduos satisfeitos ou insatisfeitos, nem tão-pouco do estatuto que se possui na ordem social. Isto implica que não há necessariamente relação directa de causa-efeito entre a pobreza e a revolta. O «conservadorismo» campesino não é, de modo algum, resultante nem da abundância de terra nem dum nível de vida confortável.

Segundo os inquéritos agrícolas de 1952-54 e 1968, 2% (em 1952-54) e 3% (em 1968) das empresas agrícolas com mais de 20 ha ocupavam respectivamente 59% e 61% da superfície, enquanto 98% (em 1952-54) e 97% (em 1968) das «empresas» com menos de 20 ha apenas dispunha de 41% e 39% de terra, respectivamente. Ora estes dados apontam para uma forte desigualdade na distribuição da terra em desfavor dos camponeses parcelares. Porém, mais que o longínquo latifúndio do Sul, para os camponeses nortenhos contavam as diferenças internas no seio da aldeia, e sobretudo as extorsões do excedente através de impostos, rendas e juros.

O modelo psicológico moderno acentua apenas um dos momentos que, em maior ou menor medida, está presente em cada acção humana. Não considera contudo outros factores mais importantes e, sobretudo, não se encontra em condições de explicar como é possível que situações semelhantes gerem movimentos diferentes e até contrários. O modelo psicológico

Social origins of dictatorship and democracy. Lord and Peasant in the making of the modern world, Bóston, Beacon Press, 1966; T. Shanin, «The awkward class», caps. 1 e 2, Oxford, Clarendon Press, 1972; E. Wolf, *Peasant wars of the twentieth century*, Nova Iorque, Harper and Row, 1973; G. Huizer, *Peasant Rebellion in Latin America*, Middlesex, Penguin Books, 1973; J. Scott, *The moral economy of the peasant in Southeast Asia*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1976; T. Sckopol, «State and Revolution: old regimes and revolutionary crises in France, Russia and China», in *Theory and Society*, vol. 7, Janeiro-Maio de 1979, pp. 7-96.

²⁰ J. Lopreato e L. Hazelrigg, *Class, Conflict and Mobility*, São Francisco, Chandler Publishing Company, 1972, pp. 22 e segs.; Smelser, 1962, Davies, 1971 e 1979, Feierabend e Nesvold, 1970, Gurr, 1970, em crítica de R. Aya, «Theories of revolution reconsidered», in *Theorie and Society*, n.º 8, 1979, pp. 37-38.

behaviorista acaba por não explicar, por exemplo, porque é que, em determinadas situações históricas, apesar da pobreza e do desemprego, do analfabetismo e da carência de cuidados médicos e sociais, há um grande descontentamento, mas não se verifica qualquer levantamento ou revolução. Pelo contrário, tais situações conduzem amiúde a sentimentos de impotência, de desespero e até de resignação com o *statu quo*. Tal como Scott observa, se o descontentamento ou a raiva fossem suficientes para um levantamento, todo o chamado Terceiro Mundo estaria ardendo em chamas²¹.

1.3 O MODELO DE PODER

Embora com diferentes tonalidades, cientistas sociais há que consideram o factor poder a chave explicativa da acção política das classes sociais, bem como dos diferentes resultados políticos ao nível local ou nacional.

Assim, ao comportamento específico campestre, seja ele resignado, revoltoso ou revolucionário, seria subjacente, na arena política, uma estratégia de poder consciente, calculada, cuja realização estaria dependente do grau do próprio «poder tático» (organização, recursos económicos e outros) em relação a outras classes.

As diferentes situações políticas seriam o resultado de relações de poder de umas classes em face doutras e eventualmente das respectivas coligações feitas entre si²².

A orientação sociológico-política, que parte das relações de poder para explicar a acção dos camponeses, tem uma base mais realista que as explicações anteriores. Não obstante o conceito de poder ser entendido num sentido demasiado lato, o modelo estratégico de poder oferece certamente elementos válidos para compreender e explicar a acção dos camponeses. O patrocínio²³, enquanto expressão de poder e de controlo sobre recursos, é, sem dúvida, uma base que permite aos seus detentores não só dispor das fontes de riqueza, entre as quais a força de trabalho, mas também organizar a distribuição dos bens de consumo, o que, consequentemente, reforça a sua própria posição económica.

²¹ J. Scott, *op. cit.*, 1976, p. 4.

²² R. Dahrendorf, *Class and class conflict in industrial society*, Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1959; B. Moore, *op. cit.*, 1966; S. Berger, «Corporatisme et politique des partis: Finistère et Côtes du Nord 1928-1967», in Y. Tavernier (org.), *op. cit.*, 1972, pp. 273-290; A. Blok, «The Mafia of a Sicilian Village», Nova Iorque, Harper and Row, 1974; R. Aya, *op. cit.*, 1979, pp. 30 e segs.; T. Sckopol, *op. cit.*, 1979, pp. 7-96. Sobre o conceito de «poder tático» cf. E. Wolf, *op. cit.*, 1973.

²³ Patrocínio: mecanismo de vinculação pessoal e/ou dependência do cliente em relação a pessoa socialmente influente denominada patrono. Sobre o modelo explicativo da desigualdade social tendo por base o conceito de controlo sobre recursos directos e indirectos cf. V. Bader e A. Benschop, *Control over direct and indirect resources*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1985, pp. 1-17 (policopiado). Sobre o conceito de poder cf. M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 531, e quanto à validade e aos limites deste conceito cf. V. Bader, *Over produktiewijze*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1982, pp. 52 e 61. Acerca do patrocínio, enquanto mecanismo de poder, cf. F. G. Bailey, *Stratagems and Spoils. A social anthropology of politics*, Oxford, Basil Blackwell, 1970; A. Weingrod, «Patronage and power», in Gellner e Waterbury (orgs.), *Patrons and clients in Mediterranean societies*, Londres, 1977, pp. 41-51; J. Boissevain, «Patronage in Sicily», in *Man*, vol. 1, 1966, pp. 18-33, e «When the Saints go marching out», in Gellner e Waterbury (orgs.), *op. cit.*, 1977, pp. 89-90.

Dos trabalhos de alguns historiadores²⁴ se pode induzir que, quanto ao campesinato português, a relativa autonomia local constituiu, para as colectividades campesinas, a melhor garantia para limitar ao mínimo possível a subtração do sobretrabalho ou do excedente por parte de intrusos, tais como representantes do governo central, funcionários camarários, senhores e comerciantes.

Nas primeiras tentativas de emancipação campesina da servidão durante a Reconquista (séculos IX-XIII), nos levantamentos no século XIX (Maria da Fonte) e nas relações políticas sob a I República jogou um papel decisivo nas estratégias de sobrevivência e de resistência dos camponeses parcelares o equilíbrio instável, causado pelas contradições entre as fracções políticas dominantes e subdominantes.

Há, contudo, a notar que o modelo de poder parte implicitamente do pressuposto de que cada classe e seus membros sabem, em sentido estratégico e tático, o que melhor lhes convém, como se na base estivesse sempre subjacente uma espécie de sabedoria política ou astúcia calculada. Ora a experiência histórica mostra-nos que nem sempre assim é necessariamente, tendo-se verificado casos de suicídio político quer ao nível individual quer ao nível colectivo. Os camponeses nem sempre dispõem de suficiente informação e conhecimento fundamentado das diversas situações estratégicas e tão-pouco duma organização adequada ao nível nacional.

De modo geral, os camponeses sabem bem, empiricamente, quais são os seus próprios interesses. No entanto, por interferência de factores normativos, ideológicos (por exemplo, religião oficial estabelecida), podem também equivocar-se quanto ao carácter político dos seus «protectores» locais e «salvadores» nacionais, bem como quanto à força dos seus adversários.

A ideia tática duma balança de poder, que à partida poderá inclinar-se para qualquer dos lados, não é — salvo em situações excepcionais de ruptura — aplicável à posição dos camponeses parcelares que, em relação ao poder, se encontram normalmente dominados e em situação de impotência política.

1.4 A ABORDAGEM MATERIALISTA-HISTÓRICA

Partindo duma abordagem materialista histórica, torna-se necessária, para a explicação do comportamento do campesinato, uma análise da economia ou do modo de produção camponês e da sua articulação com outros modos de produção. Mas o que se entende por modo de produção?

Para alguns autores marxistas, sobretudo franceses²⁵, o modo de produção é a articulação complexa das instâncias económica, política e ideológica. Contrariamente a esta concepção demasiado lata, afigura-se mais

²⁴ A. Silbert, *op. cit.*, vol. I, 1978, pp. 168 e segs.; G. Barros, vol. IV, 1922, p. 53, e A. Herculano, vol. VII, p. 191, in A. B. Coelho, *A Revolução de 1383*, Lisboa, Caminho, 4.ª ed., 1981, pp. 29-33; J. Mattoso, *Identificação de Um País*, Lisboa, Estampa, 1985, pp. 234-235, 268, 278-279, 334, 453 e segs.

²⁵ L. Althusser, *Pour Marx*, Paris, Maspéro, 1965, pp. 87 e segs.; L. Althusser e E. Balibar, *Lire le Capital*, Paris, Maspéro, 1969, vol. III; M. Godelier, introdução a *Sur les sociétés précapitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenin*, 1973, pp. 139-141; N. Poulantzas, *op. cit.*, 1975, p. 22. Ver também P. Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Londres, NLB, 1974, pp. 403 e segs.; S. Karsz, *Théorie et Politique: Louis Althusser*, Paris, Fayard, 1974, pp. 176-193.

adequado o entendimento de modo de produção como uma totalidade específica estruturada ou unidade coerente de determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. É o desenvolvimento das forças produtivas que constitui o quadro limitativo-permissivo das relações de produção, e nomeadamente do papel das instâncias político-ideológicas.

Cohen e Bader assinalam justamente que entre as forças produtivas e as relações de produção não existe qualquer relação simétrica ou ziguezagueante. Um determinado estado de desenvolvimento das forças produtivas «delimita o espaço das 'possíveis' relações de produção e permite dirigi-las e acompanhá-las do ponto de vista evolutivo»²⁶.

As diferentes atitudes políticas dos camponeses parcelares (revolta, resignação, repulsa ou retraimento) está subjacente a presença ou a ausência duma determinada medida de efectivo poder de disposição (*verfügungsgewalt* ou *tactical power*), quer quanto aos recursos directos, nomeadamente às condições de produção e seus resultados, quer quanto aos recursos indirectos relacionados com as oportunidades de prestígio e de poder²⁷. Tal constitui um requisito fundamental e indispensável para a segurança e a sobrevivência dos camponeses, assim como, circunstancialmente, para a melhoria da sua posição social.

A acção política concreta varia contudo com o lugar social que os camponeses ocupam em diferentes formações históricas. O «conservadorismo» dos camponeses parcelares é determinado socialmente e, neste sentido, coincidem a abordagem histórico-materialista e a weberiana. Porém, metodologicamente considerada, a acção «conservadora» não é redutível à acção social «compreensível» de Weber, tal como notam Bader e outros acerca dos limites da teoria da acção weberiana: «[...] neste conceito de acção racional, 'compreensível', encontram-se irrevogavelmente inseridas relações sociais estruturais, que, por seu lado, não se deixam reduzir à acção 'compreensível'»²⁸.

Com efeito, verificam-se no chamado conservadorismo camponês actos não intencionados que, provindo de e sendo determinados por factores endógenos e estruturais, não são redutíveis à acção «compreensível».

Nesta perspectiva, poder-se-ia afirmar que quanto maior for o atraso do modo de produção capitalista (particularmente da burguesia industrial),

²⁶ V. Bader, *op. cit.*, 1982, p. 62; G. A. Cohen, *Karl Marx's theory of history. A defence*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 1978, pp. 28-36 e 134; V. Bader e outros, *op. cit.*, 1980 (1976), p. 40. Ver igualmente esta posição já em K. Marx, 1974 (1859), *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, trad. in SUN, 1974 (1859), p. 521; Nijmegen, carta de Marx a Annenkov a 28 de Dezembro de 1846; K. Marx e F. Engels, *De dutse ideologie*, vol. I, Nijmegen, SUN, 1972 (1846), pp. 21-30 e 78; Lenin, *Selected Works*, vol. I, 1972 (1914), pp. 21-23; J. Tepicht, *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*, Paris, Collin, 1973, p. 17; M. Jollivet, *op. cit.*, 1974, pp. 209-211; A. Mollard, *Paysans exploités*, Grenoble, Presses Universitaires, 1977, pp. 16-34; C. Meillassoux, *op. cit.*, 1977, pp. 10 e 24.

²⁷ Respectivamente M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 150; E. Wolf, *Peasants*, Nova Jérsea, Prentice Hall, INC, 1966, e *op. cit.*, 1973. Cf. igualmente W. Kula, *An economic theory of the feudal system*, Londres, NLB, 1976 (1962), pp. 133 e segs.; J. Scott, *op. cit.*, 1976, pp. 5-6; R. Jenkins, *The road to Alto*, Londres, Pluto Press, 1979, pp. 40, 96, 149 e 151; V. Bader, 1982, p. 56. V. Bader e A. Benschop, 1985, pp. 8-10.

²⁸ V. Bader et alii, *op. cit.*, 1980, p. 108. Cf. também M. Sahlins, «Stone age economics», Chicago/Nova Iorque, Aldine-Atherton, 1972, p. 72; M. Jollivet, *op. cit.*, 1974, pp. 156 e segs. e 205; J. Tepicht, *op. cit.*, 1973, pp. 19 e 41-46. Sobre os limites da teoria da acção cf. ainda V. Bader, *Marxisme en Sociologie*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1976, pp. 15-23, e V. Bader e outros, *op. cit.*, 1980 (1976), pp. 99-113 e 313.

maior será a probabilidade de uma certa medida de autonomia camponesa, assente no seu modo de produção. Desde que os camponeses parcelares se encontrem relativamente libertos do domínio feudal, mas sem estarem integrados no modo de produção capitalista — ou se estiverem em grau muito reduzido —, será verosímil verificar uma atitude política passiva e esquiva. Esta asserção afigura-se-me reforçada pela seguinte afirmação de Shanin, um dos mais abalizados estudiosos contemporâneos do campesinato: «A existência duma relação entre as características básicas da sociedade camponesa e a sua resistência passiva parece evidente.»²⁹

Quer os resultados obtidos no trabalho de campo, quer elementos recolhidos da historiografia portuguesa, apontam para a seguinte hipótese: os camponeses, sendo hostis ao risco, esforçam-se por:

- a) Sobreviver como camponeses e obter um mínimo de segurança existencial através do controlo dos recursos disponíveis, nomeadamente conquistando ou preservando pelos meios ao seu alcance o(s) seu(s) pedaço(s) de terra próprio(s) ou arrendado(s) e, eventualmente, as terras comunais;
- b) Deitar mão de todas as oportunidades palpáveis, a fim de melhorar as suas condições de vida e consolidar a sua posição, bem como a do(s) seu(s) filho(s) herdeiro(s)/a(s).

2. A ECONOMIA CAMPESINA

Uma das razões da dificuldade de compreensão do comportamento campesino é o desconhecimento, se não o desprezo, do funcionamento do tipo específico da economia campesina, a respeito do qual observou Chayanov: «Os economistas têm por hábito não reflectir sobre os problemas que caem sob a sua competência, a não ser em termos da economia capitalista. Todos os outros modos de produção são considerados não importantes ou condenados a desaparecer.»³⁰

Não obstante as limitações que implica oferecer uma esquematização da economia ou do modo de produção camponês em relação ao seu funcionamento concreto em determinado tempo e lugar, torna-se pertinente referir algumas características típicas da economia campesina tradicional, proporcionando assim um instrumento analítico importante para compreender e explicar a acção campesina. Entre outras são de assinalar as seguintes:

- a) Uma relação específica, quase umbilical, dos camponeses com a natureza e com a terra, assim como uma segmentação vertical das unidades domésticas no seio da aldeia, funcionando esta como sua base territorial, no referente não só à produção, mas também à manutenção das infra-estruturas, à execução de tarefas administrativas e à eventual mediação para o exterior;
- b) Um determinado poder de disposição sobre as condições de produção (terra, gado, águas) e dos seus respectivos resultados, em que o

²⁹ T. Shanin, «Peasantry as political factor», in *Peasants and peasant society*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1971, p. 259.

³⁰ A. V. Chayanov (1924), «Teoria dos sistemas económicos não capitalistas», in *Análise Social*, n.º 46, 1976, pp. 478 e segs.

pedaço de terra, ora próprio, ora, em menor grau, arrendado, constitui a base da sua segurança existencial, bem como a condição da sua relativa liberdade;

- c) O trabalho em base familiar, orientado exclusiva ou principalmente para a reprodução simples, ou seja, para a produção de bens de uso e a satisfação das necessidades elementares do agregado familiar como núcleo básico e, em maior ou menor medida, de parentes e vizinhos;
- d) Uma tecnologia elementar, formando como que um prolongamento da energia muscular e animal e uma divisão de trabalho rudimentar, bem como uma especialização fluida de acordo com o sexo e a idade nos processos de organização do trabalho, em que os adultos — homens e mulheres — constituem indubitavelmente os principais participantes e coordenadores da força de trabalho, mas em que os velhos, as crianças e os adolescentes são indispensáveis, para além da necessária entreaajuda de parentes e vizinhos, particularmente nas sementeiras e colheitas;
- e) A importância da casa, enquanto local de conservação e transmissão do património familiar e portadora dos direitos e deveres formais (uso de águas e baldios, representação da família em determinadas cerimónias), além de constituir-se como esteio principal do processo de socialização, de dependência mútua nas diferentes fases da vida desde criança a adulto e de apoio e solidariedade com os não activos (doentes, inválidos);
- f) A função marginal do dinheiro na troca interfamiliar, ou o seu uso como meio de transacção com agentes externos à aldeia (na compra de artigos não produzidos localmente, para pagamento de impostos) ou, internamente, em ocasiões especiais (pagamento de tornas a co-herdeiros por altura da sucessão);
- g) As relações fortemente personalizadas na aldeia, assim como nas feiras, as quais funcionam não só como locais de compra e venda, mas também como centros de informação e de encontro³¹.

2.1 A ECONOMIA CAMPESINA: UM «ESTORVO»

Contrariamente ao dualismo sociológico da corrente funcionalista que contrapõe dicotomicamente «comunidade» a «sociedade», «solidariedade mecânica» a «solidariedade orgânica», «sociedades agrárias particularistas» a «sociedades urbano-industriais universalistas»; contrariamente à concepção estruturalista do modo de produção, por um lado, e à idealiza-

³¹ Sobre a economia camponesa cf. A. V. Chayanov (1924), *op. cit.*, in *Análise Social*, n.º 46, pp. 478-502; K. Marx, *Carta a Vera Zassoulitsch*, 1973 (1881); M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), pp. 171-186; E. Wolf, *op. cit.*, 1966; D. Thorner, «Peasant economy as a category in Economic History» (1962), in T. Shanin (org.), *op. cit.*, 1971; T. Shanin, *op. cit.*, 1971 e 1972, e «The nature and logic of the peasant economy: a generalisation», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. I, n.º 1, 1973, pp. 63-80; M. Sahlins, *op. cit.*, 1972, pp. 76 e segs.; B. Galeski, *Basic concepts of rural sociology*, Manchester, Manchester University Press, 1972; J. Tepicht, *op. cit.*, 1973; W. Kula, *op. cit.*, 1976 (1962), pp. 43 e segs. e 133-134; H. Mendras, «Schema d'analyse de la paysannerie française», in M. Jollivet (org.), *Collectivités rurales françaises*, vol. II, Paris, Collin, 1974, pp. 11-38, e *op. cit.*, 1976; C. Meillassoux, *op. cit.*, 1977, pp. 21-66.

ção romântica da sociedade campestre tradicional, por outro³², a economia e a sociedade campestres não formam um sistema estático ou fechado, que seria imune ou impenetrável a influências exteriores.

Contudo, e contrariamente à concepção evolucionista linear partilhada pelas teorias da modernização³³ e que pressupõe a existência dum *continuum* entre a aldeia «atrasada» e a cidade «civilizada», o agir dos camponeses apresenta uma racionalidade específica que nem sempre nem totalmente é dominada por um qualquer poderoso sistema exterior. A negação ou a subestimação da economia, da racionalidade campestre, bem como dos seus estratagemas de resistência por parte de muitos cientistas sociais, políticos e funcionários, conduziu a que se sobrevalorizasse a racionalidade formal moderna, inerente à origem e ao desenvolvimento do capitalismo, considerando os camponeses «atrasados» e «ignorantes», «parolos» e «selvagens», remetendo as suas normas e valores para o campo do irracional e do mágico, do supersticioso e do religioso. Assim, os sistemas anteriores ao capitalismo moderno seriam não livres, anormais, de modo que só a racionalidade liberal seria lógica, só o homem moderno seria um *Homo oeconomicus*. E, dada a superioridade desta racionalidade, haveria que impingir-lhe aos «atrasados» e «ignorantes» camponeses! Não é fortuito que os pensadores e economistas de cariz liberal não prestassem atenção à economia campestre, ou então a analisassem a partir das categorias da economia liberal: propriedade, contrato, oferta e procura, empresa e lucro³⁴.

Embora a racionalidade moderna dominante signifique e exprima um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, não se pode daí induzir a tese geral de que os modos de produção não capitalistas, nomeadamente o camponês, não contenham elementos de liberdade e racionalidade. Trata-se mais de uma questão de diversidade e de especificidade das formas de racionalidade³⁵.

³² Ver estas diferentes concepções respectivamente em F. Toennies (1887), «Estates and Classes», in Bendix e Lipset (orgs.), *Class, Status and Power*, Nova Iorque, Free Press, Londres, Collier Macmillan, 1953, pp. 49-63; E. Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. 1, Lisboa, Presença, 1977 (1893), pp. 87-154; T. Parsons, «A revised analytical approach to the theory of social stratification», in Bendix e Lipset, *op. cit.*, 1953, pp. 92-128; P. Ph. Rey, *As Alianças de Classes*, Coimbra, Centelha, 1979 (1973); Le Play (1881), in N. Eizner, *op. cit.*, in Y. Tavernier et alii (orgs.), *op. cit.*, 1972, p. 319; J. Dias, *op. cit.*, 1953, pp. 542 e segs. Estas concepções são criticadas por, entre outros, W. Kula, *op. cit.*, 1976 (1962), pp. 164-175; E. Wolf, *op. cit.*, 1973; S. Amin, «Le développement inégal et la question nationale», in *L'homme et la société*, n.ºs 51-54, 1979, e *Classe e Nação*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; I. Wallerstein, «The rise and future of the world capitalist system», in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 16, 1974, pp. 387-415; D. C. Tipps, «Modernization theory and comparative study of societies: a critical perspective», in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 15, 1973, pp. 199-226; K. Vergopoulos (e S. Amin), *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa, a Regra do Jogo, 1978, pp. 195 e segs.

³³ Cujo expoente representativo seria W. Rostow, *The stages of economic growth*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

³⁴ Posições presentes respectivamente em Marshal (1959) e Herkowitz (1952), criticadas por C. Meillassoux, *op. cit.*, 1977, pp. 10-23, e em E. Taylor por W. Kula, *op. cit.*, 1976 (1962), p. 132.

³⁵ Para o desenvolvimento desta questão cf. Weber, *op. cit.* (1947), pp. 104-109; W. Kula, *op. cit.*, 1976 (1962), pp. 164-175; D. Landes, *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, cap. 1, Cambridge, 1969; C. Meillassoux, *op. cit.*, 1977, pp. 21-62; J. Habermas, «Naar een reconstructie van het historisch materialisme», in *Marxisme en Filosofie*, Amsterdão, Boom Mepel, 1981, p. 208; K. Vergopoulos, *op. cit.*, 1978, pp. 195 e segs., e, em Portugal, cf. José Reis, «A economia agrária e a pequena agricultura», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, 1981, pp. 149-170.

Os autores do evolucionismo moderno, adoradores do «progresso», encontram-se presos numa concepção simplista e linear, uniforme e totalizante, acerca do processo histórico e denotam um etnocentrismo que testemunha uma atitude arrogante ao pressupor que a burguesia ascendente, enquanto portadora duma nova forma de sociedade, seria mais progressista que o campesinato secularmente explorado e dominado.

A óptica do moderno dualismo sociológico do estrutural-funcionalismo enferma de certa incoerência: por um lado, é idilicamente idealizada a comunidade aldeã; por outro, é acentuado e estigmatizado o carácter individualista das economias domésticas campesinas.

Expressão desta incoerência e aplicação da racionalidade moderna às pequenas unidades de produção familiar é o mal-entendido da maior parte dos economistas agrários portugueses tradicionais³⁶ no que respeita à questão da superioridade do rendimento da pequena exploração em relação à grande, aplicando aos dois tipos de economia os mesmos critérios de racionalidade e categorias económicas. Os seus cálculos relacionados com o limiar da rentabilidade agrícola chocam com a maneira de funcionar das pequenas economias agrícolas domésticas, nas quais o rendimento bruto é frequentemente igual ou até inferior aos «custos de produção», nem sempre obedecendo os camponeses aos «ajustados» objectivos propostos pelos referidos agrónomos!

Mais recentemente, autores há, como Popkin, que, contrapondo-se com certa pertinência às premissas de autores da chamada «economia moral», entre os quais Wolf, Myrdal, Scott, tentam construir um modelo explicativo racional da acção campesina, mas fazem-no de modo subtil sob as premissas da economia política liberal na variante da teoria económica dos jogos de Morgenstein e Neuman e, complementarmente, sob a formulação da teoria utilitarista exposta por Savage e Friedman, à qual o próprio Popkin apela³⁷.

Com razão defende Popkin que perspectivas e normas não podem, directa e simplesmente, determinar acções. Mas como pode Popkin então pretender explicar as acções dos camponeses a partir dum outro normativismo que pressupõe como motor da acção ora a «opção individual», ora as regras inerentes à teoria dos «investimentos e dos jogos»? Não terá

³⁶ Designadamente, E. L. Basto, *Inquérito Económico-Agrícola*, vol. IV, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1936; H. Barros, *Economia Agrária*, vol. I, 1950-54, pp. 341 e segs.; E. C. Caldas e M. Pereira, in E. C. Caldas, *op. cit.*, 1947, pp. 50, 72-77 e 174-178; M. Pereira, *Alguns Elementos para a Caracterização da Assimetria Regional Agrária Portuguesa*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Gulbenkian, 1974, p. 14. Embora em sentido crítico e em tese contrária, cf. igualmente A. Cunhal, *op. cit.*, vol. I, 1976 (1966), p. 67, e vol. II, 1976 (1966), pp. 9 e segs., e F. M. Rodrigues, art. cit. in *Revolução Popular*, 1964, pp. 12 e segs. Sobre este ponto é de salientar a crítica pertinente de F. Oliveira Baptista, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta 1974)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, 1981, pp. 73-77, e de José Reis, art. cit. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, 1981, pp. 149-152. Esta clássica questão já fora alvo de acesa polémica na Alemanha, entre Bernstein e Kautsky, e na Rússia, entre populistas e bolcheviques, nomeadamente Lenine. (Cf. T. Shanin, *op. cit.*, 1972, pp. 45-62, K. Vergoupolos, *op. cit.*, 1978, pp. 151-162, e J. Tepicht, *op. cit.*, 1973, p. 16.)

³⁷ Ver S. Popkin, *The rational peasant*, Berkeley, Los Angeles, Califórnia, University of California Press, 1979, pp. 17-23, e in *Theory and Society*, vol. 9, n.º 3, de Maio de 1980, pp. 411-471. Entre os autores da economia moral criticados por Popkin são de referir os enunciados no texto: E. Wolf, *op. cit.*, 1969 e 1973; J. S. Myrdal, *Peasants Politics and Revolution*, Princeton, Princeton University Press; J. Scott, *op. cit.*, 1976. Para uma crítica da teoria subjectiva da acção económica cf. J. Tepicht, *op. cit.*, 1973, pp. 35-41; V. Bader,

maior consistência e probabilidade o fundamento explicativo da sobrevivência campestre, por parte dos autores da «economia moral», quando despida de certas conotações romântico-morais, do que o pressuposto da motivação preferencial dos camponeses pela «lógica do ganho e do investimento» tipicamente capitalista, a qual, segundo Popkin, seria extensível à conduta campestre na aldeia, nos sistemas de patrocínio e nas relações de mercado?

Relativamente ao campesinato nortenho, para além de uma primeira abordagem dos dados extraídos do próprio trabalho de campo em duas aldeias do Minho, estudos recentes consistentes — entre os quais J. Madureira Pinto (1984), J. Ferreira de Almeida (1986), Brian O'Neil (1984), Raul Iturra (1985) (cf. respectivamente notas 55, 68 e 69) —, aliás referentes a diversas regiões, verificam a existência de diversos tipos de actores sociais. As múltiplas estratégias destes entrecruzam-se numa variada gama de comportamentos e de formas de acção que de modo algum são redutíveis à lógica da economia de mercado, cujos elementos, embora presentes, nem sempre são dominantes ao nível microcósmico da aldeia.

2.2 A ECONOMIA CAMPESTRE: UM «HIERÓGLIFO»

Do ponto de vista teórico marxista, tão-pouco o campesinato foi suficientemente compreendido. Marx, Engels e Lenine, por um lado, e, por outro, os sociais-democratas alemães Kautsky e Bernstein³⁸, verificando o gigantesco desenvolvimento das modernas forças produtivas e da divisão do trabalho, partiam do pressuposto de que os camponeses parcelares constituíam vestígios anacrónicos e formavam uma classe em desagregação que, afectada pela mecanização e pela modernização agrícolas e sobrecarregada por impostos do Estado e hipotecas dos usurários, ficaria endividada e não estaria em condições de resistir ao processo de proletarianização, restando-lhe ser arrasada pela agricultura capitalista, «tal como um carrinho por uma locomotiva».

O campesinato decompõe-se em elementos proletários e elementos burgueses, acabando por ser definido não tanto por aquilo que é positivamente, mas mais por aquilo que não é, donde resulta, se não a negação da sua racionalidade específica, pelo menos a sua subestimação.

op. cit., 1976, pp. 28-33. A tese central de James Scott consiste em postular como princípio explicativo do comportamento, nomeadamente político, dos camponeses a «economia moral» a «ética de subsistência», a qual, não sendo ditada pela maximização do lucro da economia de mercado, possui não só uma vertente económica, a da economia de subsistência, mas também uma dimensão moral, normativa. Segundo as premissas da «ética de subsistência», conta mais o primado da segurança de subsistência e a estabilidade dum rendimento mínimo que o quantitativo do excedente extraído pelo proprietário fundiário. É, porém, a sua noção moral de «justiça económica» que, juntamente com outros factores (aliança com outras classes, capacidade repressiva das classes dominantes, nível de organização própria), estabelece os limites da exploração, considerando intolerável ou não uma dada situação ao ponto de ela se tornar ou não explosiva (cf. J. Scott, *op. cit.*, 1976, pp. 1-11).

³⁸ Cf. K. Marx, *Het communisties manifest*, Amsterdão, Pegasus, 1973 (1848), e *O Capital*, Lisboa, Delfos, 1974 (1867); F. Engels, *Over het boerenvraagstuk*, Amsterdão, Pegasus, 1973 (1895); Lenin, *The development of capitalism in Russia*, «Collected Works», vol. III, Moscovo, Progress Publishers, 1977 (1899); K. Kautsky, *A Questão Agrária*, Porto, Afrontamento, 1974 (1897); Bernstein, in K. Vergopoulos, *op. cit.*, 1978, pp. 148 e 203-208. Cf. crítica de S. Giner e E. S. Guzman, «The demise of the peasant: some reflections on ideological inroads into social theory», in *Sociologia Ruralis*, vol. XX, 1980, n.ºs 1-2, pp. 13-26.

A abordagem dicotómica do campesinato a partir do esquema de tipo industrial «burguesia-proletariado», aliás no seguimento das teses de Marx e de Lenine, deixa entrever uma das lacunas marxistas ainda presentes nas posições tradicionais dos partidos comunistas, bem como na maioria dos marxistas actuais, entre os quais Boccara, Perceval e Poulantzas. É nesta linha que o campesinato é considerado, por um lado, um «estrato intermédio», «uma fracção da pequena burguesia tradicional»³⁹, ou então é equiparado substancialmente ao proletariado, não obstante o manto jurídico, entendido como puramente formal, da propriedade familiar⁴⁰. Deste modo, os interesses dos camponeses seriam apenas contemplados na medida em que, paradoxalmente, fossem sacrificados no altar da impetuosa industrialização e se submetessem a esta em benefício e em nome da mais elevada estratégia proletária! Só assim, e nessa altura, poderiam os camponeses tornar-se virtualmente revolucionários!

Nada de admirar que, em consequência da atribuição de categorias derivadas dos sistemas feudal e capitalista, o camponês permaneça efectivamente, na expressão de Marx, um «hieróglifo indecifrável para a razão do homem civilizado»⁴¹.

Vários cientistas sociais portugueses⁴² retomam da modalidade inglesa de acumulação de capital a tese do desaparecimento relativamente rápido dos pequenos produtores agrícolas e transplantam-na para as formações sociais portuguesas nos séculos XIX e XX.

A interpretação dogmática no seio do marxismo tem persistido até hoje em elevar o específico quadro histórico da origem e do desenvolvimento do capitalismo europeu, nomeadamente inglês, a uma espécie de princípio histórico filosófico ou matriz essencialista, à qual se deveriam subordinar as diferentes formações históricas concretas.

Embora admitindo que a tese da proletarianização defendida a um alto nível de abstracção e analisada a longo termo não seja rebatível, o processo de proletarianização não caminha de maneira linear, mas contraditória, e não é certamente visível em cada fase do desenvolvimento histórico. A título ilustrativo, na formação social portuguesa de 1930-60/70 não se verifica a proletarianização rápida, mas há como que um sustido adiamento do processo de proletarianização, para o qual teriam contribuído as estratégias de sobrevivência e resistência do campesinato, reforçadas aliás pela linha político-ideológica do nacionalismo salazarista, ruralista, adverso ao processo de industrialização moderna⁴³.

Em consequência das reformas agrárias e da crescente procura de géneros alimentares, os camponeses constituem ainda a maior classe ao nível

³⁹ L. Perceval, *op. cit.*, 1973, p. 158; Boccara, in T. Flesseman e J. W. Martin, *De oude middenstand*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam (polic.), 1980, pp. 4 e segs.; N. Poulantzas, *op. cit.*, 1975, pp. 204-208.

⁴⁰ C. Faure, *Agriculture et capitalisme*, Paris, Anthropos, 1974, pp. 8 e segs.; B. Lambert, *op. cit.*, 1975, pp. 72-74.

⁴¹ K. Marx, *De klassenstrijd in Frankrijk*, Amsterdão, Pegasus, 1974 (1895), p. 79.

⁴² A. Castro, *op. cit.*, 1945, pp. 117 e segs.; J. Silva Martins, «Prefácio» in A. Cunhal, *op. cit.*, vols. I, 1976, e II 1976 (1966), pp. 161-209; F. M. Rodrigues, art. cit. in *Revolução Popular*, n.º 3, 1965, pp. 78-80; C. Almeida e A. Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 3.ª ed., 1976, p. 101; R. Costa, *op. cit.*, 1975, pp. 13-20; colectivo in *Arma Crítica*, 1976, pp. 15-17.

⁴³ Para o desenvolvimento desta questão, e sobretudo para dados estatísticos, cf. M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982, pp. 143-154 e 198-204.

mundial e, em muitos países do chamado Terceiro Mundo, o seu número aumentou⁴⁴.

Igualmente em países semiperiféricos, como Portugal, a persistência e a capacidade de adaptação das economias domésticas campestres revelaram-se maiores do que se pressupunha. Certamente que as possibilidades de resistência do campesinato dependem da maneira como o modo de produção campestre coexiste ou está submetido a outros. Assim, a posição dos camponeses numa formação social em que o modo de produção tributário é dominante é diferente duma outra em que o modo de produção capitalista domina. Em princípio, é plausível a tese que quanto mais independentes são os camponeses, maiores são as suas possibilidades de resistência e maior a sua força de negociação perante outros parceiros sociopolíticos. E, quanto menores forem a sua capacidade de se organizarem e a sua influência no jogo eleitoral parlamentar, tanto mais forte será a tendência para esperar a sua «salvação» de instituições como a Igreja, o Exército ou individualidades na área do poder, favorecendo soluções bonapartistas, reflexo, por sua vez, das relações patriarcais presentes em grande parte das economias domésticas campestres.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: BREVE PANORÂMICA

A fim de compreender a acção «conservadora» dos camponeses portugueses no século XX, torna-se necessário ter em conta os antecedentes históricos das nascentes configurações de classes sociais sob o liberalismo no século XIX e o republicanismo no século XX (1910-26), ambos desfavoráveis ao campesinato.

3.1 CAMPONESES SOB O ESTADO LIBERAL

Contrariamente a outras situações históricas noutros países (França de 1789, México de 1910, Rússia de 1917, China de 1949), a componente campestre no desencadeamento e marcha da «revolução» liberal (de 1820) esteve praticamente ausente. A reviravolta liberal deu-se a partir da cúpula administrativo-militar, sendo de salientar o papel do Exército e do funcionalismo público.

O processo de desamortização tornou-se quase que uma simples transferência dos direitos sobre a terra — parcialmente mediada pelo Estado liberal — das mãos da Igreja, particularmente das ordens religiosas, que foram extintas, e da Coroa para os novos senhores da terra e letrados. Estes, que tiveram acesso à terra expropriada, «nacionalizada», a um preço político de amigos, continuaram a viver das rendas e aristocratizaram-se. Enquanto o historiador Alexandre Herculano, em meados do século XIX, calculava em 50 000 a 60 000 contos o produto total dos bens das ordens religiosas e da Coroa, o rendimento total da venda desses bens em 1838 foi de 7584 contos e em 1885 não ultrapassou os 15 000 contos!⁴⁵

⁴⁴ Cf. H. Friedman, «World market, state and family farm: a social bases of household production in the era of wage labor», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 20, 1978, n.º 4; T. Shanin, *op. cit.*, 1971, p. 17; e H. Mendras, *op. cit.*, 1976, p. 9.

⁴⁵ Cf. em V. M. Godinho, 1955 p. 298, in A. Castro, *Estudos de História Sócio-Económica*, Porto, Lumiar, 1980 (1971), pp. 165-166.

Este estado de coisas reflectia, na visão de alguns historiadores, como Magalhães Godinho e Silbert, a «revolução agrária falhada» e teria contribuído decisivamente para a chamada «industrialização impossível». Oliveira Martins e António Sérgio designaram este arrivismo liberal de devorismo ou de regabofe, em que «o barão sucede ao monje e o conde come o fidalgo»⁴⁶.

Os homens do poder liberal não satisfizeram determinadas aspirações dos camponeses, atendendo ao facto de a maior parte destes não possuírem os meios monetários necessários para a remissão dos foros e a compra de terras. Salvo o aliviar de algumas cargas fiscais do Antigo Regime, mantiveram-se intactas ou até se agravaram certas formas de arrendamento e parceria: substituição do acordo verbal sobre os arredondamentos vitalícios de enfiteuse por contratos escritos mais curtos, introdução de novos impostos e do princípio da partilha igual, com a consequente fragmentação da terra e aumento de receitas tributárias fiscais, multiplicação de emolumentos, tentativas de quebrar os laços de segurança comunitários, fazendo ouvidos surdos às petições comunitárias nas cortes liberais, permitindo a apropriação individual das terras, o aumento das rendas⁴⁷ em relação a situações anteriores sob o Antigo Regime e sobretudo a centralização do Estado pela imposição burocrática e coerção física para extracção do excedente através de impostos. Em suma, o campesinato, não tendo constituído uma classe aliada, ainda que subalterna, sob o regime liberal, tão-pouco obteve deste efeitos emancipadores.

No seguimento, e em paralelo com revoltas anteriores no princípio do século, nomeadamente a de 1808-09, a revolta campestina conhecida por Maria da Fonte (1846-51), que se iniciou nas regiões nortenhas mais montanhosas e menos comercializadas, é explicável não tanto pela penetração do capital, mas pelas extorsões fiscais, pela coerção física militar, pelo desrespeito perante a organização interna das colectividades campestinas e seus valores, nomeadamente religiosos, e pela intromissão policial-burocrática (regedor e funcionários camarários) na vida da aldeia por parte dum Estado que se pretende cada vez mais centralista⁴⁸.

3.2 DE SERVOS A CAMPONESES

O facto de até às tentativas de centralização estatal nos séculos XVIII e sobretudo XIX não se terem verificado levantamentos camponeses tão frequentes e consideráveis como aconteceu particularmente durante e contra o processo de centralização do Estado liberal exige uma retrospectiva histó-

⁴⁶ Cf. V. M. Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1980 (1971), p. 142; J. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, 1953 (1881), pp. 195 e 226; A. Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1974 (1929), pp. 136-137; M. Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico (Portugal na Segunda Metade do Século XIX)*, Lisboa, Cosmos, 1979 (1971), p. 318.

⁴⁷ Na província do Minho, a renda somava 60% a 70% do rendimento líquido, enquanto nos séculos XIV-XV era de 1/5 a 1/3 e de 1/4 a 1/3 no fim do século XVIII [cf. G. Pery, in A. Castro, *op. cit.*, 1980, p. 112, e P. Casimiro in *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte Escritos pelo Padre Casimiro Finda a Guerra em 1847*, Lisboa, Antígona, 1981 (1846), p. 173].

⁴⁸ Cf. revolta de 1808-09 analisada por V. P. Valente, «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-09», in *Análise Social*, vol. xv, n.º 57, 1979, pp. 7-48. A maioria dos historiadores portugueses, para além das diferenças metodológico-teóricas entre si, interpretam as revoltas campestinas no processo de transição do Antigo Regime para o capitalismo [entre os

rica. Tal verificação fornece-nos elementos para uma hipótese de trabalho: a decrescente dependência campestre não se deve à dita revolução liberal, mas é provavelmente reconduzível às configurações sociopolíticas do período da Reconquista (séculos IX-XIII) a partir da específica matriz feudal, em que, paralelamente à centralização do poder junto da Coroa, se assistia ao enfraquecimento dos feudos e à diminuição do rendimento dos senhores da terra locais, bem como à introdução progressiva do sistema parcelar⁴⁹, conquistado pelos camponeses, em complementaridade com a defesa das terras comunais. Além disso, importa referir outras concessões e instituições, como o «direito de presúria» e o «direito de asilo»⁵⁰ e sobretudo a revolução de 1383, temporariamente bem sucedida, particularmente graças ao papel activo dos camponeses, artesãos e mercadores e à pressão social e política do povo ou da «arraia-miúda», na linguagem de Fernão Lopes.

A génese histórica da classe campestre, ou seja, a passagem da servidão à condição de camponeses terá de ser compreendida fundamentalmente, a partir não só da relação de exploração económica e da sua luta pela libertação da condição servil contra a coerção e a tutela da feudalidade, mas também do contexto político-militar, contradições internas entre vassallos laicos e vassallos eclesiásticos e entre estes e a Coroa⁵¹, necessidade de povoamento e de arroteamento das terras, bem como de seguidores para os novos senhores do território, aspirando os cavaleiros abastados a mais terra e os soldados sem terra a um pedaço da mesma, possibilidade de dispor de largas reservas de reféns muçulmanos sem necessidade de recorrer a servos nativos. É verosímil aplicar-se a Portugal a conclusão de Pierre Vilar sobre a Espanha medieval: «A dominação do clero e da

quais V. Sá, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, 1969, pp. 276 e segs.; M. H. Pereira, *op. cit.*, 1979 (1971), pp. 326 e segs.; M. V. Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Regra do Jogo, 1976, pp. 24 e segs. e 134 e segs.]. Para uma interpretação algo diferente no sentido do carácter anticentralista e antiestatal das revoltas campestres em Portugal, nomeadamente a da Maria da Fonte, cf. J. Riegelhaupt, «Camponeses e estado liberal: a revolta da Maria da Fonte», in *Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2-3, 1981, pp. 129-139; M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982, e J. M. Sobral in «Prefácio» aos escritos do P.º Casimiro, *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte Finda a Guerra em 1847*, Lisboa, Rolim, 1987. Teoricamente ainda, cf. N. Elias, *Het civilisatieproces*, vol. II, Utreque/Antuérpia, Het Spectrum, 1982 (1939), p. 112; Ch. Tilly, «Reflections on the history of European state making», in *The formation of national states in Western Europe*, Princeton, Nova Jérsei, Princeton University Press, 1975, pp. 3-83.

⁴⁹ Cf. respectivamente A. Castro, *op. cit.*, 1980, pp. 28-29; A. Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos: as Vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega, 1979 (1923), pp. 113 e 132, e A. H. O. Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 1978, p. 106.

⁵⁰ Direito de presúria: instituição de direito medieval em que a Coroa e o seu séquito armado tomavam ou deixavam tomar a chamada terra-de-ninguém, após a partida dos dominadores, mantendo a Coroa o direito a uma parte dessas terras («terras reguengas») (cf. A. Sampaio, *op. cit.*, 1979 (1923), p. 115; A. Castro, *op. cit.*, 1980, p. 31).

Direito de asilo: instituição igualmente medieval, em que servos e colonos, sempre que a extorsão da renda em trabalho ou em géneros se tornava insuportável, tinham a possibilidade de escapar e de se refugiar junto dum senhor menos explorador e vexatório (cf. G. Barros, vol. II, p. 245, in A. Borges Coelho, *op. cit.*, 1981, p. 24).

Estas instituições impediam uma servidão total, evitando assim a plena vinculação ao senhor da terra, característica típica da economia feudal.

⁵¹ Cf. exemplos in G. Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII-XV*, Lisboa, 1945, pp. 440-454; A. H. O. Marques, *História de Portugal*, vol. I, 9.ª ed., Lisboa, 1982, pp. 154-156; J. Mattoso, *Portugal Medieval*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, pp. 293 e segs.

nobreza durante a Idade Média não teve de modo algum como consequência a destruição social e a auto-aniquilação política de outras classes sociais»⁵², entre as quais certamente o campesinato.

Com o advento do mercantilismo e, mais tarde, do liberalismo, a acção local dos camponeses orientou-se, não tanto contra a velha nobreza, como sobretudo contra elementos da burguesia ascendente, com as suas bases comerciais-urbanas e representantes do seu Estado nascente. Porém, contrariamente a outros países, como a Inglaterra, a precoce comercialização da agricultura desde os séculos XV e XVI não conduziu nas formações ibéricas a volumes consideráveis de acumulação de capital e menos ainda a um processo de industrialização, dando lugar a padrões sociais aristocráticos, luxuosos e barrocos, cujos figurinos dominantes são, na terminologia de Magalhães Godinho, o de negociante enobrecido e o de fidalgo-negociante⁵³. O que a comercialização certamente teria influenciado seria o nível do rendimento dos pequenos produtores mercantis, não raro dependentes das flutuações dos preços. Nem sempre o comércio interno ou o externo pioraram a situação desses produtores campesinos, que procuraram tirar proveito da concorrência entre comerciantes nacionais e estrangeiros e sobretudo da crescente procura de géneros agrícolas, a saber: seda, linho, vinho, o que, quanto a este último, levou M. Halpern Pereira a denominar o aumento de plantio de vinhas de «febre vitícola»⁵⁴. Houve até períodos em que se verificou uma certa adaptação ou complementaridade mútua entre os interesses dos comerciantes e os dos pequenos produtores, ambos os grupos interessados na manutenção gratuita das pastagens comunais, embora por motivos diferentes: os primeiros, à procura do lucro e, os segundos, na luta pela sobrevivência e melhoria de posição. Por outro lado, o acesso aos mercados locais constituiu para os camponeses uma estratégia para escapar ao controlo dos senhores da terra⁵⁵.

⁵² P. Vilar in E. S. Guzmán, *op. cit.*, 1979, p. 278. Em Portugal, cf. J. Mattoso, *op. cit.*, 1985, pp. 268 e segs.

⁵³ V. M. Godinho, *op. cit.*, 1980 (1971), p. 103. Cf. também F. Torres, *História Contemporânea do Povo Português*, Lisboa, Prelo, 1974 (1968-70), p. 129.

⁵⁴ M. H. Pereira, *op. cit.*, 1979 (1971), pp. 187 e 256.

⁵⁵ Cf. A. Silbert, *op. cit.*, vol. I, 1978, pp. 318-319; S. Schneider, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*, Lisboa, Regra do Jogo, 1980, pp. 113-114.

Dado não existir um único e exclusivo modelo de acumulação de capital e correlativa submissão e/ou resistência dos pequenos produtores agrícolas, o interesse da dimensão histórica na problemática inicialmente colocada consistirá em oferecer material para possíveis estudos comparativos sobre os mecanismos de integração/resistência das unidades domésticas camponesas e fornecer uma contribuição para a discussão acerca das diferentes modalidades de acumulação de capital. Em geral, e sobre outros países, há diversos estudos: cf. K. Marx, *op. cit.*, 1974 (1867); B. Slicher van Bath, *Bijdragen tot de agrarische geschiedenis*, Utrecht/Antuérpia, Het Spectrum, 1978, pp. 71 e segs.; S. Amin, *op. cit.*, 1979, pp. 20 e segs.; B. Moore, *op. cit.*, 1966, sobretudo pp. 275-291; D. Landes, *op. cit.*, 1969; E. Weber, *Peasants into Frenchmen. The modernisation of rural France 1870-1914*, Stanford California, Stanford University Press, 1976; T. Shanin, *op. cit.*, 1972; E. Wolf, *op. cit.*, 1973; G. Hui-zer, *op. cit.*, 1973; E. S. Guzmán, *op. cit.*, 1979; J. Scott, *op. cit.*, 1976; respectivamente sobre a Inglaterra, França e Alemanha; União Soviética; América Latina e Espanha; Sudeste asiático. Sobre Portugal, embora me pareça não haver amplos estudos focalizados nesta temática, são de referir contributos importantes de algumas obras gerais de historiadores, entre os quais: A. Silbert, *op. cit.*, 1978; A. H. O. Marques, *op. cit.*, 1978 e 1982; V. M. Godinho, *op. cit.*, 1980; A. Castro, *op. cit.*, 1980, e *Economia Portuguesa no Século XX (1900-1925)*, Lisboa; M. H. Pereira, *op. cit.*, 1979, e outros valiosos estudos histórico-sociológicos (M. V. Cabral, *op. cit.*, Lisboa, 1976, e *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979; F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do*

No último quartel do século XVIII, e sobretudo após a «revolução» liberal (em 1820), e com a independência do Brasil (em 1822), tentou a «burguesia» aristocratizada criar o seu Estado moderno, aplicando a velha estratégia da «dupla exclusão»⁵⁶: uma tática de fusão e de usurpação para com os estratos hierarquicamente superiores (velha nobreza e Coroa) e uma outra de exclusão para com as classes consideradas inferiores (artesãos, camponeses), das quais procurava recolher os excedentes através das colectas de impostos.

O Estado central apresentava-se como o factor de perturbação do modo de existência e de mundividência dos camponeses, situação que persistiria mais tarde com a I República (1910-26).

3.3 DA I REPÚBLICA AO «ESTADO NOVO»

Nos finais do século XIX, e particularmente durante a I República (1910-26), aos camponeses, encontrando-se limitados ao microcosmo da aldeia, sem apoio nem ligação orgânica às débeis organizações operárias, predominantemente urbanas, nada mais lhes restava senão, através dos notáveis locais, apoiar os representantes do bloco conservador agrário-clerical. À falta de melhor, este enraizado bloco era menos assolador para o seu modo de existência e cultura que a nova configuração urbano-industrial (burguesia industrial, por um lado, e proletariado, por outro) sob a égide liberal-republicana, indiciando este contexto que a contradição central e dominante se situava ao nível de cidade-campo.

Princípios e dogmas da economia liberal, proclamados pelos cidadãos republicanos, esbarravam com as tradições imersas na sociedade rural. A política dos republicanos, assim como os seus interesses e valores, afrontavam directamente os dos camponeses. Não só decretaram a supressão ou a diminuição dos terrenos comunais e a respectiva apropriação individual (particularmente quando feita sob a batuta dos mais abastados), como aumentaram e multiplicaram sucessivamente os impostos (25% sobre o imposto fundiário, 10% sobre o imposto de rendimento, imposto para a escola primária, imposto fundiário extraordinário)⁵⁷, além de coagirem os produtores campestres a entregar os excedentes dos géneros alimentícios e

Salazarismo, Lisboa, Regra do Jogo, 1978; E. Freitas, J. Ferreira de Almeida e M. V. Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Presença, 1976; F. Oliveira Baptista, *Dos Projectos de Colonização Interna ao Capitalismo Agrário (Anos 30-1974)*, Coimbra, 1978, e *op. cit.*, 1981; J. Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1984; J. Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

⁵⁶ Sobre este conceito weberiano cf. M. Weber, 1947 (1922), pp. 127-130. Cf. também F. Parkin, *Marxism and class theory: a bourgeois critique*, Londres, Tavistock Publications, 1979, pp. 89-115. Acerca da utilidade e dos limites do conceito de «exclusão social» cf. A. Benschoop, *Max Weber's bijdrage aan de sociologische klassentheorie*, Amsterdão, Universiteit van Amsterdam, 1982, pp. 12-13. Sobre a tensão e interdependência entre a nobreza e a burguesia cf. N. Elias, *op. cit.*, 1982 (1939), pp. 313-314.

⁵⁷ Cf. Lei n.º 1368, de 21 de Setembro de 1922, Decreto de 27 de Janeiro de 1929 e Lei de 9 de Setembro de 1924 in J. M. Ferraz, *op. cit.*, in *Análise Social*, n.ºs 42-43, 1975, p. 458; A. J. Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Regra do Jogo, 1980, p. 247. Cf. também A. Silbert, *op. cit.*, 1960, p. 68; Junta de Colonização Interna, vol. I, 1930, p. 14, in F. Oliveira Baptista, *op. cit.*, 1978, p. 190, nota 36.

permitir uma relação de troca entre produtos não agrícolas e agrícolas bastante desfavorável a estes últimos, na razão de 4:1, 3,5:1, 2:1 e 1,5:1 respectivamente em 1917, 1920, 1923 e 1926⁵⁸. Por outro lado, se o envio de camponeses-soldados para os campos de batalha da primeira guerra mundial fazia aumentar o descontentamento entre as populações rurais, a racionalidade dos «iluminados» republicanos, inclusive dos radicais da *Seara Nova*, induzia-os não só a não compreender, mas também a estigmatizar a dita «irracionalidade» das crenças e das «superstições» religiosas dos camponeses, levando o regime a reprimir, pela mão dos carbonários, moral e fisicamente os padres, o que impedia a expressão livre das práticas religiosas.

A consolidação do salazarismo, por um lado, travou, até certo ponto, o incipiente processo de industrialização e, por outro, contrariou as tendências de secularização ideológica, que era percebida pelas classes não capitalistas, nomeadamente artesãos e camponeses, bem como pelos proprietários fundiários e pela Igreja, como uma ameaça à velha ordem agrária. O corporativismo e o ruralismo salazaristas revigoraram assim o bloco agrário-comercial, reforçando deste modo a hierarquia e a desigualdade estruturais já existentes.

Inspirando-se na «filosofia» escolástico-tomista, assim como nas encíclicas papais anti-racionalistas e antimodernistas do século XIX (*Diuturnum*, *Syllabus* e sobretudo *Rerum Novarum*), o salazarismo jogou com os sentimentos de descontentamento e de angústia dos produtores artesãos e camponeses envolvidos num quadro não capitalista, transpondo para um cenário mistificador determinados valores da realidade campesina, como família e dever, pátria e crença, poupança e glorificação do trabalho rural, da sua história e tradições⁵⁹.

Estes elementos não eram, contudo, apenas imaginários nem faziam unicamente parte da retórica salazarista, mas reflectiam traços da realidade do Portugal agrário, designadamente das chamadas camadas médias e, particularmente, dos camponeses. E isto arrastaria consigo um efeito de reconhecimento junto das famílias campesinas, de modo que, aos seus olhos, o regime surgia como legítimo. Este aspecto sintetizou-o Eduardo Lourenço do seguinte modo: «Para os camponeses, Salazar era o legítimo representante da Nação.»⁶⁰

Embora o salazarismo tenha contribuído indirectamente para o prolongamento da «agonia» dos camponeses, isolou e integrou o eventual potencial de resistência e de protesto anticapitalista dos mesmos. Sem ir essencialmente ao encontro das aspirações básicas dos camponeses, fez com que a extorsão do excedente, nomeadamente na política fiscal, se mantivesse

⁵⁸ Respectivamente in A. Castro, *op. cit.*, 1945, pp. 155-160, apoiando-se nos elementos do *Boletim do Banco de Portugal*, n.º 4, 1934-43; E. L. Basto, *op. cit.*, vol. IV, 1936, pp. 367 e segs., e F. Medeiros, *op. cit.*, 1978, p. 122.

⁵⁹ Cf. A. O. Salazar, *Discursos*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, p. 130, 1956 (1936), pp. 58-59, e A. Ferro, *Salazar, Portugal et son chef*, Paris, 1934, p. 134; cf. também T. Pereira, 1937, pp. 48, 142 e segs. Para uma abordagem da integração dos valores campesinos, cf. E. Hobsbawm, «Peasants and Politics», in *Journal of Peasant Studies*, vol. I, n.º 1, 1973, pp. 3-22.

⁶⁰ E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1978, p. 32. Cf. também A. Joaquim, «Todos fomos de mais: introdução a ensaios sobre a topologia qualitativa do salazarismo», in *Análise Social*, n.º 59, 1979, pp. 675-696; J. Tavares, *op. cit.*, in *Temps Modernes*, n.º 360, 1976, pp. 2249 e segs.

«suportável», sobrecarregando mais as classes industriais. Além disso, conseguiu que os termos de troca na evolução dos preços agrícolas e não agrícolas se mantivessem relativamente estáveis⁶¹ e que os projectos de emparcelamento da pequena propriedade — considerado este como uma das condições necessárias à racionalização moderna da agricultura — não fossem impostos, mas apresentados numa base facultativa.

A ideologia e a política do salazarismo contribuíram de maneira astuta para ultrapassar as contradições internas no seio das classes dominantes, permitindo uma transição controlada, sem abalos abruptos, da sociedade agrária para a industrial que, desde a década de 1950-60, despontava. E foi neste contexto que à *élite* salazarista, coadjuvada pelos mecanismos de patrocínio local, particularmente pela acção conjugada do clero no Centro e no Norte do País, foi possível manter os camponeses submissos e dependentes.

Se bem que a interpretação sumariamente traçada deva ser entendida sobretudo como uma hipótese de trabalho a ser explorada e testada por pesquisa histórica, alguns dados já conhecidos indiciam que, desde a Idade Média até às formações sociais dos séculos XIX e XX, a acção dos camponeses constitui, para além da longa aliança entre a aristocracia fundiária, o clero e a burguesia comercial-compradora, um factor indispensável para a compreensão da história portuguesa. Esta configuração sociopolítica constrangeu o poder político no sentido de adoptar uma política mercantilista em detrimento duma política desenvolvimentista, política essa que o marquês de Fronteira, em conversa com o «iluminado» estrangeiro Merveilleux, calculisticamente defendeu por ser conveniente ao «bem do Estado» e à «tranquilidade dos naturais»⁶², não se intrometendo demasiado no seio das colectividades camponesas. E daí talvez esta perspectiva contribua para explicar os sucessivos falhanços ou a lentidão dos projectos de industrialização e de modernização, desde o século XVIII, sob o marquês de Pombal, passando no século XIX pelo cabralismo e mesmo pela Regeneração e no século XX pela I República, pelos planos de fomento sob o «Estado Novo» até ao pós-25 de Abril. Neste quadro torna-se pertinente referir que a tese de Wallerstein e Perry Anderson, segundo a qual a aristocracia fundiária possuiria interesses contrários ou até incompatíveis com a burguesia comercial, não é aplicável ao Portugal imperial e mercantilista.

Relativamente ao desenvolvimento das formações sociais mercantilistas em Portugal, resulta mais adequada a tese geral de Max Weber, compartilhada e adequadamente expressa por Mendras: «A ruptura entre a feudalidade e o capitalismo comercial parece secundária, contrariamente à continuidade da 'senhoriagem', entendida como um sistema de exercício do poder e de exploração da terra.»⁶³

⁶¹ Cf. o estudo de F. Ribeiro Mendes *O Sector Agrícola, a Economia Nacional e as Relações de Troca Intersectoriais (1950-1980)*, Lisboa, Instituto Superior de Economia, 1981.

⁶² In «Mémoires instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe», Amsterdam, 1738, in Castelo Branco, citado por J. Oliveira Martins, *História de Portugal*, 1879, in J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa: do Antigo Regime ao Capitalismo* (antologia), Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 12.

⁶³ H. Mendras, *op. cit.*, 1976, p. 120. Cf. também M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 328, contrariamente à tese de I. Wallerstein, *op. cit.*, in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 16, 1974, pp. 403 e segs., e P. Anderson, *op. cit.*, 1974, pp. 20-21.

4. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

A maior parte dos autores portugueses, sobretudo economistas, obcecados pelas análises macroeconómicas, perde igualmente de vista não só a economia campesina, como também as suas estratégias familiares, em vista tanto da sobrevivência como da melhoria das suas condições de vida.

Perseguir objectivos estratégicos não significa certamente realização dos mesmos, dado que, se em determinada fase de desenvolvimento há factores endógenos e exógenos favoráveis à efectivação das ditas estratégias, numa outra tal pode tornar-se inexequível. Daí que as estratégias familiares e as próprias atitudes políticas não possam ser vistas separadamente do carácter de cada formação social concreta. Porém, e contrariamente à tese tradicional defendida pela maioria dos marxistas portugueses, a formação social portuguesa não conheceu até aos anos de 1960-70 um elevado grau de desenvolvimento e concentração agro-industrial. Mais: poder-se-ia afirmar que, até meados do século XX, Portugal se configura ainda como uma sociedade quase proto-industrial e agrária⁶⁴.

4.1 ESTRATÉGIAS CAMPESINAS NO PORTUGAL AGRÁRIO

Estudos feitos por alguns sociólogos e antropólogos⁶⁵ apontam igualmente para a relativa autonomia das economias domésticas campesinas, particularmente até aos anos de 1950-60, ainda pouco afectadas pelo raio de acção do modo de produção capitalista, dado o atraso ou a morosidade do desenvolvimento agro-industrial português. Indicadores indirectos que suportam esta tese são, entre outros:

A deficiência de infra-estruturas agrárias: em 1952-54, das 808 000 «empresas» agrícolas, só 1% dispunha de silos para cereais e forragens, 12% de electricidade, 32% de animais de carga;

A baixa capitalização da agricultura, traduzível, entre outros índices, no baixo grau de investimento de capital (do total deste entre 1970 e 1973, só 6% se destinou à agricultura), no aumento anual de apenas 0,5% de terra irrigada entre 1951 e 1968, assim como na baixa contribuição dos agro-industriais para o abastecimento alimentar em relação à agricultura não capitalista, numa relação de 25:75;

⁶⁴ Para desenvolvimento desta tese cf. argumentação e alguns indicadores em M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982, pp. 121-142, que se contrapõe à tese dominante entre marxistas portugueses, tais como J. Silva Martins, *op. cit.*, 1976, A. Cunhal, *op. cit.*, vol. II, 1976 (1966), pp. 161, 209 e segs., E. Rosa, *A Economia Portuguesa em Números*, Lisboa, Moraes, 1975, p. 47, CNA, in A. Offenber e P. de Wit, 1980, p. 232, assim como os críticos das teses do PCP, entre os quais F. M. Rodrigues, in *Revolução Popular*, n.º 1, 1964, pp. 12-19, R. da Costa, *op. cit.*, 1975, pp. 63 e segs., colectivo, in *Cadernos de Circunstância* (1968), particularmente o artigo «Canhões a crédito», Porto, Afrontamento, 1975, pp. 59-74, colectivo, *Arma Crítica*, n.º 1, Julho de 1975, F. Rafael et alii, *Portugal: Capitalismo e Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1976, e nas primeiras publicações de A. Barreto, nomeadamente «O estágio fascista do desenvolvimento do capitalismo em Portugal», in *Polémica*, n.º 1, Genebra, 1970, pp. 17-18, e M. V. Cabral, *op. cit.*, 1979.

⁶⁵ J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1984 (1982); J. Ferreira de Almeida, *op. cit.*, 1986 (1984); J. Pina Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve. A Peasant Worldview of Alto Minho*, Oxford, Clarendon Press, 1986 (1982), e M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982. Sobre esta problemática em geral cf. C. Servolin, «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste», in Y. Tavernier et alii (orgs.), *op. cit.*, 1972, pp. 41-79.

- A elevada percentagem de utilização de energia animal e humana, particularmente em empresas até 5 ha: cerca de 75% e 24% respectivamente em 1952-54 e de 29% e 40% em 1968;
- O considerável quantitativo de unidades domésticas produzindo para autoconsumo: 71%, ou seja, 581 720 das 811 656 empresas agrícolas, das quais 78% são constituídas por «empresas» entre 0,5 ha e 4 ha;
- A ausência e/ou o retardamento dos processos de fertilização química e de mecanização até aos anos de 1960-70: em 1952-54, das 808 000 empresas, só havia 3963 tractores (nos distritos do Norte, 536) e 17 163 em 1968, mas entre as 631 482 empresas com menos de 4 ha havia apenas 3378 tractores (0,6% do total das 811 656 empresas);
- O baixo grau de educação e formação agrícolas: em 1968, apenas em 1,4%, ou seja, em 11 372 das 811 656 empresas agrícolas, os seus coordenadores possuíam alguma formação agrícola, 55,3% (450 120) não sabiam ler nem escrever e, destes, 43% (352 062) eram estatisticamente analfabetos⁶⁶.

Como indicadores mais directos da baixa integração da agricultura no modo de produção capitalista contam-se o considerável volume e até o aumento de agentes ligados à agricultura entre 1930 e 1960/70, e particularmente à agricultura não capitalista, sendo os camponeses em 1935 calculados em 929 960 e ultrapassando em 1968 o milhão; a persistência das formas «comunitárias», mesmo que perpassadas de desigualdade, até data recente, a divisão do trabalho elementar e fluida no seio da família, aspectos estes a ilustrar pelos resultados do trabalho de campo em duas aldeias situadas nos distritos de Braga e de Viana do Castelo⁶⁷.

Partindo da tese do Portugal agrário e debilmente industrial, torna-se compreensível uma relativa operacionalidade e eficácia das diversas estratégias campesinas. Estas encontram-se imbricadas no seu ser e agir no âmbito da família e nas relações de parentesco no concernente ao poder de disposição sobre a casa, incluindo a terra, a organização do trabalho e os seus resultados; nas atitudes calculadas sob as relações de patrocínio para obtenção de «jeitos» e de «favores»; na venda directa nas feiras locais, mantendo um controlo mínimo nos circuitos de distribuição; no esforço em evitar ou difundir os riscos inerentes aos sistemas de crédito, de renda e de impostos e, particularmente, no destino do excedente; nas tentativas de eventual compra de terra, intensificação do trabalho e/ou diminuição quantitativa e/ou qualitativa no consumo; no evitar a proletarianização, preservando, no possível, a autonomia familiar e aldeã na base dos hábitos «comunitários» de entreaajuda ora simétrica ora assimétrica; na proliferação de filhos, não só legítimos, mas também bastardos, e na adopção de

⁶⁶ Inquéritos agrícolas de 1952-54 e 1968. Para os diferentes indicadores cf., respectivamente, J. Silva Martins, in A. Cunhal, *op. cit.*, 1976, p. 4; H. Barros, *Estrutura Agrária Portuguesa*, Lisboa, 1972; A. Valadas Lima, *Contribuição para o Estudo da Mercantilização Agrícola*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1981, pp. 3 e 61-62; colectivo, *Arma Crítica*, 1976; H. Barros, *op. cit.*, 1972, p. 40; M. Pereira, *op. cit.*, 1979, pp. 80-81; C. Cavaco, *op. cit.*, 1980, p. 31; M. V. Cabral, *op. cit.*, in *Journal of Peasant Studies*, vol. 4, 1978, p. 421; J. Silva Martins, *op. cit.*, 1976; H. Barros, *op. cit.*, 1972, p. 41; M. Pereira, *op. cit.*, 1979, p. 86.

⁶⁷ Para ilustração destes aspectos cf. alguns resultados de anterior trabalho de campo em M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982, pp. 154-184.

criados como forma de prover às necessidades de força de trabalho com um mínimo de custos, e assim manter a unidade doméstica⁶⁸.

Entre as clássicas estratégias confinadas ao âmbito eclesiástico-religioso por parte de camponeses, e particularmente de médios e abastados lavradores, é de salientar a de «investir» um ou mais filhos no sacerdócio diocesano como prestigiante escada de acesso aos homens do poder clerical e civil e, simultaneamente, como fonte de obtenção de bens materiais e de prestígio. A este respeito verifica-se, contudo, nas últimas décadas uma ligeira deslocação das estratégias camponesas do «investimento» escolar eclesiástico para o civil, ou seja, a consecução para um ou vários filhos de um estatuto prestigiante fora da aldeia, geralmente na área da comarca, mediana ou superiormente qualificado: professor(a) primário(a), enfermeiro(a), funcionário público no tribunal, na câmara, nos correios e, se possível, advogado, médico, engenheiro, etc. Porém, é nas situações de casamento e de herança, bem como nas migrações, que as estratégias camponesas adquirem especial relevo.

4.2 CASAMENTO E HERANÇA

De entre as estratégias camponesas, é de destacar o agir racional e teleológico nos arranjos de casamento e nas situações de herança.

Nos padrões de casamento, ainda predominantemente endogâmicos, são de assinalar as alianças e as tensões entre famílias com a mesma posição económica e prestígio social no seio da aldeia, restando aos menos dotados procurar os seus parceiros(as) no mercado matrimonial entre os filhos(as) de artesãos, pequenos camponeses, operários e jornaleiros(as). Relações amorosas ou passionais entre filhos de lavradores médios ou abastados e filhas de famílias pobres, ocorridas em função ora do poder daquelas ora da beleza destas, eram geralmente abandonadas perante os programados enlances matrimoniais tendo em vista o restabelecimento ou a junção de patrimónios familiares. Daí não ser raro assistir a relações rotineiras, instrumentais, no seio de diversos casais, onde a componente amor está ausente ou permanece uma incógnita, surgindo a preservação e a transmissão do património familiar como móbil central da sua acção. O casamento, enquanto laboratório de herdeiros, funciona normalmente como catalisador de coesão na unidade doméstica e como principal mecanismo de reprodução biológica e social⁶⁹, diversamente da situação do celibato não desejado e sem descendência, que favorece comportamentos disruptivos e esbanjadores dos bens patrimoniais.

Embora a posse de terra e de gado continue a ser o principal referencial da medida de riqueza e, concomitantemente, do lugar e do prestígio de

⁶⁸ Verificado nas duas aldeias sob estudo, embora tais estratégias já tivessem sido sublinhadas respectivamente por W. Kula, *op. cit.*, 1976 (1962), pp. 43 e segs., S. Popkin, *op. cit.*, 1979, pp. 32-79, H. Mendras, *op. cit.*, 1976, A. V. Chayanov, *op. cit.*, in *Análise Social*, n.º 46, vol. XII, 1976, pp. 485 e segs., K. Vergoupolos, *op. cit.*, 1978, pp. 65 e segs., R. Iturra, «Strategies in Social Recruitment: a Case of Mutual Help in Rural Galicia», in M. Stuchlik (ed.), *Goals and Behavior*, Belfast, 1976, P. Bourdieu, «Celibat et condition paysanne», in *Études Rurales*, n.ºs 5-6, 1962, e *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1979, e B. O'Neil, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, pp. 247-250.

⁶⁹ Sobre o casamento enquanto «fábrica ou oficina de produtores» cf. R. Iturra, «Casamento, ritual e lucro numa aldeia portuguesa (1862-1983)», in *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 59-81.

cada família na escala social hierárquica da aldeia, nomeadamente para fins de casamento, é de registar particularmente na última década um relativo declínio do valor terra como parâmetro, se não exclusivo, pelo menos prevalecte, para a avaliação do candidato(a) a parceiro(a) de casamento. Este fenómeno relaciona-se com a ascensão social resultante das poupanças dos emigrantes, do relativo alargamento da frequência escolar, bem como da maior dignificação profissional noutros ramos de actividade não agrícolas. Consequentemente, verifica-se uma menor rigidez e uma maior circunspecção nas pressões familiares quanto à escolha do parceiro(a) matrimoniável, o qual, por vezes, começa a ser procurado em função não apenas, e predominantemente, da posse de terra e de gado, mas também do volume de dinheiro acumulado na emigração, da posse de prédio(s) urbano(s), do estatuto social condizente com modos de vida relativamente autónomos (proprietário de café, de restaurante, de supermercado ou de oficina) ou obtenção de emprego bem remunerado e seguro, de contactos sociais e de títulos ou diplomas alcançados pela via educacional.

No tocante às situações de herança e subsequente partilha, se bem que normalmente acabem por prevalecer soluções consensuais por intermédio de personalidades respeitadas na terra ou de louvados de fora, elas constituem amiúde momentos de tensão e, por vezes, de litígio entre sucessores ou sucessíveis. É em vista da aquisição de bens a herdar que se desenham diversas técnicas de habilitação à sucessão, tais como a dissuasão ou o protelamento do casamento de irmãos(ãs) e sobretudo de cunhados(as) solteiros, de modo que a respectiva porção de herança reverta, por morte, a favor dos sobrinhos(as) do *de cujus*; a bajulação por parte de potenciais herdeiros perante o testador, particularmente se este(a) for solteiro(a), viúvo(a) ou casado(a), mas sem filhos. Embora raros, há igualmente casos de criadas que, devido à sua lealdade e/ou à manutenção de relações sexuais com os seus patrões solteiros, conseguiram obter participação no domínio da casa e, mais tarde, herdar parte do seu património.

Havendo filhos «ilegítimos», procuram frequentemente os pais, em conluio com os filhos legítimos, vender discretamente o máximo de bens, de modo a, se não deserdar, pelo menos limitar o mais possível o acesso dos filhos ditos ilegítimos ao património familiar.

Numa das aldeias estudadas, embora haja vestígios de unigenitura, favorecendo um dos filhos que casem, verifica-se uma certa tensão e compromisso entre a tendência a manter o património o mais intacto possível e a tendência actual generalizada de cada um dos filhos casar e suceder em partes iguais, compromisso este aliás consagrado legalmente sob a fórmula jurídica da quota-parte disponível do terço (1/3), paralelamente ao princípio da partilha igual dos 2/3 do património englobados na legítima (artigos 2157.º e 2159.º do Código Civil de 1966).

4.3 MIGRAÇÕES

À medida que elementos da economia de mercado e estatais se introduzem nas aldeias, sobrepõe-se uma outra resposta adaptativa e empreendedora por parte dos camponeses: a pluriactividade ao nível familiar, ou seja, a combinação do rendimento agrícola como fonte principal da receita familiar com salários e/ou rendimentos complementares, frequentemente irregulares, obtidos fora do sector agrícola: artesanato na forma de *putting out system*, construção civil, pequeno comércio, obras públicas, tais como

estradas, barragens, pequena e média indústria, trabalho sazonal, migração interna; ou vice-versa, rendimento principal fora da agricultura complementado com outro na agricultura.

Ainda relacionadas com a pluriactividade se situam as estratégias ligadas à emigração. As migrações oriundas dos meios camponeses devem certamente ser analisadas, através de parâmetros regionais e internacionais, à luz da desigual acumulação de capital de região para região e de país para país, ou seja, dever-se-á ter em conta o excedente de capital e a relativa falta de mão-de-obra não especializada nas regiões e nos países de acolhimento, bem como a pobreza, o desemprego e a incapacidade das regiões ou dos países de origem em absorver o excedente da própria força de trabalho rural. Porém, as migrações camponesas não só são resultantes de sistemas exteriores às economias locais, mas também constituem, simultaneamente, respostas estratégicas à imperiosa necessidade de reprodução por parte das pequenas unidades domésticas, as quais, na mira de diminuir os riscos de desagregação ou de falência, colocam a parte excedente da força de trabalho familiar em diferentes sectores, enviando-os nomeadamente para países de imigração. Mesmo que temporária ou definitivamente proletários, o quadro de referência económico-cultural dos emigrantes (ex)camponeses continua sendo frequentemente a manutenção ou a restauração da velha casa camponesa ou a ascensão a um modo de vida independente, especialmente no comércio.

Os factores de atracção e de repulsão e as causas e os efeitos dos movimentos de migração a curto, médio e longo prazo devem ser objecto de análise cuidada, período a período. De Portugal, entre 1880 e 1975, emigraram quase 3 milhões de portugueses, dos quais cerca de 40% provenientes das unidades domésticas camponesas⁷⁰. A título de exemplo, dados das aldeias estudadas mostram que, se, enquanto na emigração para a América, particularmente para o Brasil, vários emigrantes se fixaram como pequenos produtores e/ou comerciantes ou regressaram com relativo sucesso a Portugal, reproduzindo-se como pequenos ou mesmo médios camponeses ou reconvertendo-se em pequenos comerciantes e prestamistas locais, é pertinente questionar-se até que ponto e em que condições tais estratégias de reprodução e de reconversão por parte dos agentes sociais da corrente emigratória desde 1950-60 são possíveis.

As estratégias levadas a cabo por estes últimos emigrantes apresentam-se diferenciadas. De acordo com inquéritos efectuados (em fase de tratamento), emigrantes actuais, amiúde desenraizados e, por vezes, discriminados, vêem as suas estratégias condicionadas ou suspensas, chegando os seus projectos iniciais a mudar de configuração. Uns adiam o seu regresso, enterrando entretanto no banco o dinheiro das suas poupanças na mira de obter um fácil rendimento suplementar através do juro. Outros, dado o facto de a personalidade dos filhos se encontrar confrontada e dividida entre duas culturas e dois países, encontram-se na iminência de ou optar pelo reagrupamento familiar no país de emigração, ou então encaminhar os preparativos para o regresso definitivo, de modo a evitar que os filhos,

⁷⁰ Cf. M. Azevedo Gomes, *A Situação Económica da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, Museu Comercial, 1920, pp. 67-68; M. Halpern Pereira, «O rico brasileiro ou o dinheiro dos emigrantes», in *Seara Nova*, vol. XLVII, n.º 1485, Julho de 1969, pp. 242-244; C. Almeida e A. Barreto, *op. cit.*, 1976; J. Serrão, *op. cit.*, 1977, pp. 129-130; D. Baytelman, «De agricultural sector in Portugal», in *Vijf jaar landhervorming*, Wageningen, 1979.

e sobretudo as filhas, casando com estrangeiros, fiquem aí afectiva e culturalmente presos(as) e não os assistam na velhice em Portugal.

Nas aldeias sob estudo, o índice de regressados ultrapassa os 60% dos emigrados, aumentando nos últimos anos, aliás conforme a tendência crescente ao nível nacional (35 000 por ano!). De modo geral, reiniciam a sua actividade quer na lavoura, onde introduzem o tractor e algumas benfeitorias, tais como latadas, quer numa profissão ou qualificação aprendida no estrangeiro, quer ainda num ramo de actividade que exija menos esforço físico: abertura de café, restaurante, talho, pequeno supermercado, garagem ou oficina, além de proporcionar a todos ou alguns dos seus filhos estudos para profissões mediana ou superiormente qualificadas.

Por fim, importa salientar que, particularmente desde a vaga emigratória dos anos de 1960-70, se verifica um considerável afrouxamento das estratégias de sobrevivência e de resistência «comunitárias», visíveis num desprendimento da rígida regulamentação dos costumes, no enfraquecimento dos mecanismos de entreajuda e na crescente individualização das relações sociais com reflexos nas relações entre emigrantes originários da mesma aldeia e vizinhos no local de residência da emigração. É de assinalar particularmente a teia de invejas e o crescendo de conflitos intra e interfamiliares sobre a posse e a divisão das terras e das águas, a fixação de marcos, as servidões de passagem, os direitos de opção nas compras de terras, sendo vários destes conflitos já não regulados internamente na aldeia, mas encaminhados para a esfera de competência das autoridades judiciais da comarca.

Tradicionalmente, as relações de desigualdade clara ou difusa na posse de terra, de gado e de água, nas práticas de «entreajuda» e nas possibilidades estratégicas de casamento favoreciam os mais bem colocados na pirâmide social da aldeia. Para os moradores mais necessitados e dependentes de outora, a emigração significou o que eles denominam a sua «salvação». Ou seja, o fenómeno migratório, e especialmente a emigração, além de os livrar da sua situação de miséria e melhorar a sua situação económico-social, contribuiu para quebrar um tanto a rigidez das barreiras hierárquicas, assim como para diminuir o poder incontestável dos patronos e caciques locais.

Graças às poupanças da emigração, antigos criados, jornaleiros(as), artesãos e camponeses mais pobres conheceram uma mobilidade social ascendente em termos de posse de terra, (re)construção de casa, compra de carro e outros bens de consumo, que causam «inveja» nalgumas famílias de médios e abastados lavradores. Alguns destes, não tendo tido premência em emigrar nem tendo acumulado fundos para implementar melhorias ou inovações nos métodos de cultivo, pautam-se ainda por hábitos e padrões de vida antigos, mostram-se fortemente reactivos e susceptíveis perante a ascensão social dos seus antigos servidores e clientes.

Tendo-se deslocado, conseqüentemente, o acento tónico das estratégias de sobrevivência e melhoria para o restrito campo da família e, eventualmente, de alguns vizinhos amigos, torna-se visível nos elementos economicamente dependentes de outora um determinado pundonor e autonomia em relação aos seus antigos patrões e patronos. Estes, já não conseguindo dominar aqueles, apresentam espanto ou admiração, ou então apresentam-nos como exemplos de sucesso, procurando denegri-los pela calada.

Concluindo, tendo em conta a situação de penúria e as carências antes de emigrar, antigos criados, jornaleiros e camponeses pobres têm conse-

guido realizar as suas expectativas de melhoria graças ao seu esforço pessoal e familiar. Porém, não obstante a melhoria das condições de vida da maioria dos (ex)emigrantes e até a verificação de vários casos de circularidade vertical ascendente entre as velhas e novas expectativas e a realidade de hoje, a desigualdade social nas aldeias em estudo mantém-se e continua a reproduzir-se, como veremos noutra altura.

5. DEPENDÊNCIA *VERSUS* PATRONOS E CACIQUES

Diversos estudos empíricos e subsequentes elaborações teóricas, nomeadamente as referentes a países da América Latina e outros situados na área mediterrânica⁷¹, têm mostrado que os fortemente enraizados sistemas de patrocínio, envolvendo mecanismos de servilidade pessoal e de coerção psicomoral e, por vezes, física, são codeterminantes do agir humilde, submisso e resignado dos camponeses.

O sistema de patrocínio tem raízes seculares. Já na época da colonização romana aplicavam os colonizadores uma tática de integração clientelista, promovendo os velhos chefes tribais nativos a uma espécie de aristocracia romanizada, possuidora de terra, com estatuto idêntico ao dos patrícios romanos.

5.1 RELIGIÃO, IGREJA E PODER

Dependentes da natureza e das vicissitudes climáticas, os moradores das duas aldeias sob estudo exprimem em conversas informais a profunda convicção de que uma força anímica e sobrenatural os domina, assim como todos os acontecimentos cósmicos, entre os quais os fenómenos meteorológicos.

Do relativo elevado grau (entre 80% e 90%) de cumprimento dos deveres religiosos (assistência à missa, cumprimento da «desobriga» e outros) pode dizer-se, em termos globais, que os referidos moradores eram e são católicos praticantes.

Enquanto instituição, a Igreja, através da acção pastoral, tem desempenhado, não só uma função de inculcação ideológica, mas também um papel de liderança já religioso, já parapolítico, que, na trajectória histórica portuguesa, tem servido desde a Idade Média de «legitimação da autoridade tradicional»⁷².

Não obstante a Igreja constituir a componente ideológica principal da manutenção e do reforço das relações de desigualdade, não são normal-

⁷¹ Respectivamente E. Wolf, *op. cit.*, 1966 e 1969; G. Huizer, *op. cit.*, 1973; J. Boissevain, *op. cit.*, 1966 e 1977; A. Blok, *op. cit.*, 1974; A. Wiengrod, *op. cit.*, 1977, pp. 41-51; F. G. Bailey, «Parapolitical systems», in Marc Swarz (ed.), *Local level Politics*, Chicago, Aldine Press, 1968, pp. 281-294, e *op. cit.*, 1970. Em Portugal, o papel do factor político do patrocínio para explicar o comportamento campestre não tem sido suficientemente sublinhado, salvo alguns artigos e referências pertinentes de, entre outros, J. Riegelhaupt, «Camponeses e política no Portugal de Salazar», in *Análise Social*, vol. xv, n.º 59, 1979, pp. 505-523; J. Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977 (1971), pp. 171 e segs.; J. M. Sobral e P. G. Almeida, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, n.ºs 72-74, 1982, pp. 649-671, e M. C. Silva e M. V. Toor, *op. cit.*, 1982. Sobre a Idade Média cf. J. Mattoso, *op. cit.*, 1985, pp. 260 e segs.

⁷² Teoricamente sobre este aspecto cf. M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), pp. 301 e 307; V. Bader e outros, *op. cit.*, 1980 (1976), pp. 439 e 1982.

mente verificáveis por parte das famílias pobres e dependentes alinhamentos de classe *versus* patronos locais, nomeadamente os eclesiásticos: os párocos.

Mesmo quando entre tais famílias sejam detectáveis contrapontos de identificação comuns, por vezes misturados com elementos de inveja mútua, as relações de poder assimétricas entre patrono e cliente têm sido mantidas de maneira individualizada, ou, como Wolf e Boissevain exprimem, de «maneira diádica»⁷³. Tais relações de domínio são reforçadas pelos «laços hierocráticos», inerentes a agrupamentos de tipo corporativo-religioso como a Igreja, que Weber denomina de *Anstalt*⁷⁴, bem como pela origem e pela ligação sociocultural que os padres têm possuído com os moradores crentes, funcionando frequentemente como seus patronos visíveis, conselheiros e líderes «naturais» saídos do seu meio campesino.

O facto de a crença e a simbologia religiosas dominarem e absorverem uma parte não negligenciável do quotidiano dos camponeses, assim como o de a Igreja, nas suas esforçadas elaborações doutrinárias, persistir em transpor para o quadro teológico da «vontade divina», da origem e do destino «sobrenaturais» os ritos de passagem do ciclo de desenvolvimento das unidades campesinas, têm levado alguns autores, sobretudo funcionalistas, a considerar a religião o factor explicativo da conduta dos camponeses. Porém, afigura-se-me que a metodologia de Maurice Bloch oferece uma abordagem mais ajustada: «Convém que reparemos primeiramente na política e depois na religião, vendo esta como o exercício duma forma particular de poder, em vez de nos fixarmos na religião fora do contexto político e a considerarmos como a forma de explicação.»⁷⁵

O controlo institucional eclesiástico, pela mão do padre, tem sido patente na medida em que sanciona ainda hoje, se bem que em menor medida que há quinze ou vinte anos, as acções dos camponeses, tais como condenando os casos de ilegitimidade e de divórcio, proibindo ou travando o namoro, obrigando à compra de bulas na quaresma para poder comer carne, exigindo a «desobriga» pela prática da confissão e da comunhão anual, considerada por alguns padres como uma «vergastada colectiva».

Se mulheres, nomeadamente (ex)criadas e jornaleiras, quebram ou são induzidas a quebrar as normas morais dominantes, são declaradas «mulheres baixas», «mulheres sem vergonha», sendo de referir neste contexto as mães solteiras ou as mulheres divorciadas. Se bem que numa das aldeias, de montanha, onde o normativismo católico é mais lasso, haja um maior espírito de aceitação dos casos, aliás mais frequentes, de ilegitimidade e de uniões não matrimoniais, as mulheres de comportamento «desviante», inseridas nas relações de reprodução da desigualdade social local, têm carregado ao longo das sucessivas gerações estigmas sociais marcantes.

As autoridades eclesiásticas, nomeadamente o padre e o bispo na sua visita pastoral, tentam afastar da mente dos moradores as suas «supersti-

⁷³ Cf. E. Wolf, *op. cit.*, 1966, p. 83; J. Boissevain, *op. cit.*, 1977, pp. 81-95.

⁷⁴ *Anstalt* («associação compulsiva»): «grupo corporativo cuja ordem estabelecida, dentro duma dada esfera específica de actividade, tem sido imposta com sucesso sobre todo e cada indivíduo que se conforma com certos critérios específicos» [M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 138].

⁷⁵ M. Bloch, «Symbols Song, Dance and Features of Articulation: is religion an extreme form of traditional authority?», in *European Journal of Sociology*, vol. xx, n.º 1, 1974, p. 79.

ções» sobre o poder da «bruxa» e do Diabo, sobre as deslocações dos lobi-somens e as aparições dos espíritos dos antepassados, cuja presença operativa no quotidiano da maioria dos habitantes crentes faz contudo parte do seu mundo vivencial, afectivo. Por diversas mulheres foi comentado como de noite ouvem, nos caminhos, nos campos e junto das suas casas, batidas regulares das almas de sua mãe ou de seu pai, sogro ou sogra, que não os deixam em paz até que cumpram determinadas promessas, tais como colocar velas ou azeite nas lamparinas, mandar celebrar missas pela sua alma, dar voltas de pé ou de joelhos à capela ou à igreja do santo(a) da sua devoção.

Se na vida surgem contratempos (doenças, acidentes, morte de animal ou de pessoa, sobretudo ainda jovem), membros das famílias afectadas ora culpabilizam o Diabo ora atribuem tal contratempo à acção de um vizinho(a) que lhes deseja mal e deles tem «inveja». Porém, dado não existirem provas que permitam apontar o verdadeiro autor(a) de tais acções maléficas, não empreendem qualquer acção de contra-ataque ou de retaliação, procurando, quando muito, minar pela calada o prestígio de determinada(s) família(s) suspeita(s). Se ou quando, nestes casos, a acção da Virgem ou do santo(a) não ajuda, recorrem simultânea ou sucessivamente ao médico, ao curandeiro e à benzedeira, os quais, segundo observações e informações, seriam visitados numa das aldeias por cerca de 55% das famílias e na outra por 80%.

Dado que as crenças e as acções dos camponeses se afastam, por vezes consideravelmente, da moral e da religião oficiais, alguns autores têm justamente distinguido entre a religião católica e a religião popular⁷⁶. De facto, na conduta actual dos camponeses torna-se, porém, difícil traçar uma fronteira nítida entre a religião oficial católica e a religião popular. Por um lado, as populações foram assimilando cada vez mais elementos da religião oficial (práticas religiosas, normas, mandamentos). Por outro, o catolicismo, contrariamente ao calvinismo, por exemplo, tem evidenciado uma enorme capacidade de adaptação e transigência em relação a «desvios» doutrinais, retomando e integrando elementos animistas e antropomórficos da chamada religião «pagã»-popular-campesina, tais como a atribuição de valor e de eficácia aos ritos e às preces, aos amuletos e à água benta, numa palavra, às formas de religiosidade popular.

Não é por acaso que alguns padres pactuam e até colaboram com as actividades e o poder das «benzedeiras» e das «bruxas», não ousando a maioria deles opor-se às «superstições» populares. Se as ladainhas propiciatórias de chuva e as procissões com animais à volta da capela, como instrumento colectivo de manipulação do «sobrenatural», vão caindo em desuso, são ainda frequentes as promessas aos santos como forma de recurso a mediadores sagrados, de quem imploram ajuda ou com quem,

⁷⁶ Em Portugal cf. M. Espírito Santo, *Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Regra do Jogo, 1984; J. Riegelhaupt, «Festas and Padres: The organisation of religious action», in *American Anthropologist*, n.º 3, 1973, pp. 835-852; J. Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», in *Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2-3, 1981, pp. 75-110.

Sobre esta temática cf. já M. Weber, *op. cit.*, 1978 (1922), pp. 403 e segs.; K. Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (1929), p. 35; E. Wolf, *op. cit.*, 1966, pp. 80-85 e 105-106; J. Boissevain, *op. cit.*, 1969; G. Huizer, «Spirituality against oppression: strength or weakness of the poor?», in *Third World Book Review*, vol. 1, n.ºs 4-5, 1985, pp. 56-60.

em tempos de aflição, negociam, de preferência ao deus inacessível e transcendente.

Manifestações de dissonância entre o normativismo da religião e da moral oficiais e, em particular, do poder clerical e a religiosidade popular são todavia visíveis, por exemplo, na relativização, por parte dos moradores, dos dogmas do catolicismo sobre a existência e a representação do Céu e do Inferno, na utilização de «blasfêmias» e de «palavrões» com função de válvula de escape e sobretudo na crítica implacável à dupla moral do padre. Ou seja, este é duramente censurado quando proclama uma norma para os outros e ele próprio tem uma prática desviante, nomeadamente quando condena os «deslizes» pré ou extramatrimoniais dos paroquianos e «esquece» as suas próprias escapadelas, sobretudo com mulheres da aldeia onde reside; quando prega a pobreza evangélica e evidencia ambição ou ganância na exigência do pagamento rigoroso das primícias mesmo aos mais pobres; quando apela à tolerância e ao perdão cristãos e ele próprio se deixa conduzir por espírito de vingança, negando a visita pascal ou então o levantamento do féretro da casa do «infractor» ou faltoso, no caso de incumprimento de pagamento da cõngrua. Além disso, são de frisar os desacordos entre o poder clerical, personalizado no padre, e o poder local laico, simbolizado na junta de freguesia, juízes, mordomos e outros quanto à gestão dos recursos locais, particularmente à administração dos dinheiros da paróquia, e sobretudo quanto à intempestiva interferência do padre sob a forma de censura ou de travão em relação aos devaneios e às extravagâncias espontâneas no acontecimento social da aldeia por excelência: a festa.

As festas são rotativamente organizadas por juízes e mordomos, que se responsabilizam pelos preparativos respeitantes à compra de foguetes, encomenda de andores e de bandas de música, contratação de padres para as cerimónias religiosas, entre os quais o pregador, feitura do jantar, etc. Para tal necessitam de fundos que, na sua grande parte, provêm das ofertas voluntárias de cada casa, sendo o eventual défice coberto pelos juízes ou mordomos da festa.

Nas festas mobilizam-se as qualidades organizativas, investem-se recursos económicos resultantes de parte quer do excedente agrícola quer das poupanças da emigração, assim como se realizam as tendências lúdicas e de afirmação social ou de poder.

De conversas informais com emigrantes foi possível inferir que vários deles, não tendo acompanhado processos de mudança internos, sem contudo terem sofrido um processo real de aculturação nos países de acolhimento, permanecem nostálgicos da sua velha aldeia, de suas normas e valores, de suas tradições e ligações afectivas. Além de recriarem nas suas associações no estrangeiro as suas vivências aldeãs, aproveitam as excelentes ocasiões de férias de Verão não só para viverem emocionalmente as festas religiosas, como para investirem avultadas quantias de dinheiro e desempenharem um papel preponderante na sua organização. O assíduo papel de organizadores de festas não só funciona como fuga compensatória para o ambiente frio, anónimo e até hostil nos países de emigração, como também serve de ocasião para se afirmar como o emigrante bem sucedido, proporcionando-lhe a subida na hierarquia da aldeia.

A festa representa, de certo modo, o momento lúdico dos moradores que dominam o espaço geossocial central da aldeia. Porém, também na festa se tornam visíveis, sob as representações simbólico-religiosas, as rela-

ções de desigualdade internas, as mudanças na mobilidade social das famílias e a própria luta das facções pela liderança da aldeia, tornando-se o desquite particularmente intensivo na visita pascal, na procissão e nos cortejos, nas arrematações das festas e outras ofertas ou dádivas.

Em ambas as aldeias sob estudo, a festa, nomeadamente a da Páscoa, constitui a ocasião em que a facção dominante da altura organiza, em colaboração com o padre ou à revelia, a visita pascal, limitando-se a facção subordinada a negar a entrada do padre nas suas casas.

Na procissão, além dos portadores dos estandartes e dos andores, assim como nos cortejos — onde por vezes se penduram notas de dinheiro —, sobressai o núcleo directivo, constituído pelo padre e seus colaboradores, ora albergados sob o pálio, ora seguindo-o de perto. É, porém, nas arrematações que mais claramente transparece a desigualdade. Na fase final da festa, o leilão, como parte integrante da mesma, orientado pelos festeiros-mordomos, é um dos momentos em que não só se oferece aos moradores a possibilidade de contribuírem, na medida das suas posses, para a festa, como também proporciona aos mais endinheirados, nomeadamente aos emigrantes, a possibilidade de mostrarem a sua ascensão económica, rematando os bens leiloados por um preço bastante acima do seu valor real.

Já os velhos ex-emigrantes do Brasil, da Argentina e outras famílias mais ricas prezavam-se de fazer recair sobre si a manutenção do simbólico, sendo de referir valiosas ofertas de colares de ouro, de estandartes, de terrenos para o cemitério, construção de capelas, restauração da igreja, ofertas essas registadas aliás em placas de homenagem aos beneméritos.

As populações vão coexistindo com o padre, aceitando-se ou contestando-se em consonância com o grau de tolerância e de verticalidade moral, de disponibilidade e de generosidade demonstradas na sua acção pastoral e social, nomeadamente na sua função sacerdotal, e na maior ou na menor exigência do pagamento das primícias e, eventualmente, das rendas dos caseiros do passal.

De modo geral, os moradores consideram o pagamento das primícias uma obrigação, chegando, na sua linguagem corrente, a denominá-la «dever de pagar os direitos à Igreja». Ou seja, este tributo eclesiástico não suscita normalmente contestação, não obstante verificar-se certa renitência latente sobretudo entre as famílias mais pobres, além de comentários depreciativos sobre o parasitismo do padre por parte dos elementos do grupo antipadre, alguns dos quais até se negam sub-repticiamente a pagar-lhe.

A medida de assentimento ou de contestação depende do jogo de alianças que cada padre faz ao nível local, sendo, por conseguinte, mais função da ausência ou da presença de caciques laicos concorrentes e da concreta correlação de forças local.

Cada uma das facções, reunidas à volta das famílias mais influentes da aldeia, procura disputar em seu favor a anuência, a colaboração ou até a cumplicidade do pároco para os seus próprios objectivos estratégicos. A aceitação de um novo pároco e a sua permanência tornam-se críticas sempre que existem jogos competitivos entre famílias e respectivos caciques rivais, cada um interessado em trazer ou manter o «seu» padre. Daí que condição de êxito da acção pastoral constitui o facto de o padre não se deixar instrumentalizar como joguete da política interna de facções, ou,

fazendo-o, optar pela facção localmente mais forte e legitimada. Doutro modo, tal como tem sucedido nas duas aldeias, a presença e a acção do padre tornam-se objecto de contestação e de oposição, por vezes intensa. Além da «má-língua» do dia-a-dia, são de referir alguns insultos e confrontos físicos episódicos e outros incidentes, tais como retirar fruta dos terrenos do passal, pressionar o padre à demissão através de abaixo-assinados e mesmo forjar armadilhas no terreno, sendo de particular significado o seguinte acto simbólico: colocar uma faca, um alguidar com pimenta e alho (por vezes colmo) em frente da residência paroquial, como se de um porco na iminência de ser morto se tratasse, facto este aliás ocorrente noutras aldeias circunvizinhas.

Mesmo que tais incidentes não façam parte do relacionamento habitual entre os moradores e o seu pároco, a sua ocorrência mais frequente em determinados períodos (1900-11, 1940-50, 1975-85) é significativa não só das fricções acumuladas entre as facções rivais, como das tensões latentes e dum certo sentimento anticlerical das populações em relação aos representantes do poder clerical, sentimento que um dos moradores duma das aldeias traduziu na seguinte diatribe: «A religião dos padres começou com eles e há-de acabar com eles.»

5.2 PATRONOS E CLIENTES: RECURSOS E ESTRATAGEMAS

Não somente o padre, mas também outros patronos e caciques laicos, têm sido os efectivos administradores dos recursos locais ao nível público, tais como organização de festas, construção e/ou reparação de infra-estruturas, como obras da igreja e do cemitério, dos caminhos e da escola primária, colocação do telefone e introdução de serviços de transporte.

Quer pela preponderância nos assuntos públicos, quer pela detenção de maiores recursos económicos em terra, gado, alfaías agrícolas e dinheiro, conseguiam, até 1960-70, os membros da junta e outros patronos colocados no topo hierárquico da aldeia obter contrapartidas vantajosas da sua posição. Dispunham, nas épocas de sementeiras e colheitas, dum largo contingente de braços dos mais pobres, faziam-se mutuamente concessões de terrenos baldios, de águas, de espaços privilegiados para jazigos de familiares e alienavam bens da colectividade, tais como imagens de santos, monumentos, como, por exemplo, cruzeiro e cruzeiros. Na qualidade de potenciais compradores ou de intermediários de transacções, concluiavam entre si, forçando famílias em necessidade a vender terras abaixo do justo valor venal, e interferiam em arranjos e em questões relacionadas com disputas de heranças e outras rixas internas no seio das famílias, arrecadando recompensas monetárias, fundiárias ou outras.

Enquanto dominadores políticos locais monopolizavam, particularmente durante o «Estado Novo», toda a espécie de transacções, distribuição de sinecuras e obtenção de arranjos no labirinto administrativo e policial, entre os quais cabe salientar a anulação de multas, a dispensa de serviço militar, a consecução de empregos, a representação legal de emigrantes, a aposição de assinatura e de carimbo da junta para declarações de pobreza, a fim de os pobres obterem os magros benefícios de abonos de família, o preenchimento de boletins para subsídios de invalidez e de velhice, a prestação de informações favoráveis em processos burocráticos de emigração, bem como à concessão de créditos, quer junto de credores

particulares, quer junto de instituições bancárias, o suborno de guardas da GNR, de funcionários e até de magistrados em litígios administrativos e judiciais.

Servindo-se dos canais disponíveis de poder e de comunicação camarários e mantendo-os em cuidadoso sigilo, patronos e caciques, com as referidas técnicas de manipulação e de domínio, designadamente pela via de concessão de pequenos «favores», têm tirado proveito pessoal não só em termos económicos, mas também em aumento de prestígio e de poder, quer na hierarquia social da aldeia, quer nos meandros da política camarária e de seus notáveis.

O papel do cacique caracteriza-se pela duplicidade: para os seus subordinados e clientes da aldeia projecta-se como seguro e influente dirigente de orquestra e para com os notáveis e letrados da cidade apresenta-se como subserviente e lisonjeiro servidor.

Num sistema político pluripartidário, como o português do pós-25 de Abril de 1974, as relações de patrocínio, e particularmente as lutas inter-caciques, que no sistema monolítico do Estado Novo só internamente eram manifestas ou latentes, deslocam-se e diversificam-se não só à volta da contradição entre o sagrado-clerical *versus* o profano-civil, mas também, e sobretudo, pela via dos canais político-partidários. Numa das aldeias sob estudo tem-se assistido nos últimos anos, por intermédio de um cacique civil ligado a um partido menos pró-clerical (PSD) que o CDS, a uma tímida e inconsistente secularização da liderança da aldeia, em que o dito cacique faz frente ao conservadorismo clerical ainda dominante. Assim, conseguiu retirar da batuta clerical o centro social da paróquia e propôs a substituição do padre por outro, fazendo coligações selectivas com alguns padres circunvizinhos, desde que maleáveis aos seus objectivos pessoais e do seu partido e torneando escolhos na aproximação ao poder episcopal através de uma ou outra figura sacerdotal bem colocada.

Não é raro observar como caciques em concorrência procuram, nas suas disputas intestinas, servir-se da autoridade eclesiástica (padre, bispo) para os seus objectivos de domínio. Mais: alinham pelo mesmo partido ou optam por este ou aquele, não tanto em função da concepção programática de cada um, mas tendo em conta as suas ligações com os respectivos patronos, bem como as aberturas existentes no quadro eleitoral reinante, a fim de fazer valer as suas posições e interesses, bem como os dos seus cabos, protegidos e apoiantes menores.

Estas estratégias dos patronos e dos caciques locais encaixam-se, por sua vez, nas estratégias políticas dos notáveis municipais. Estes, nas suas contendas pela liderança dentro e fora dos partidos, reservam lugares e concedem favores aos supramencionados mediadores políticos, que, embora de segunda linha, são eficazes ao nível da aldeia, mormente quando instrumentalizados para arrebanhar consideráveis contingentes de clientes e votantes.

Tais estratégias enquadram-se superiormente nas estratégias administrativas e político-partidárias do poder camarário e central, a fim de domesticarem e submeterem as populações rurais aos seus objectivos de integração económica e política (por exemplo, nos chamados programas de desenvolvimento integrado).

Perante esta situação de dependência sob a tutela discricionária dos patronos e dos caciques locais, que atitudes se poderiam esperar dos jornalistas e dos camponeses mais pobres?

Ao nível das relações de tipo didáctico, cada família de moradores menos providos procurava gratificar os «jeitos» e «favores» mencionados proporcionando dádivas (pedaços de porco, presuntos, cabrito), no caso de ter algumas posses, ou então dias de trabalho gratuito.

Antes da vaga emigratória da década de 1960, se um jovem ou uma jovem originária de família pobre pretendesse aprender uma arte (carpinteiro, pedreiro, alfaiate, costureira) ou ir trabalhar como criado(a) junto de uma família mais abastada, teria de suportar humilhações psicológicas, morais e até agressões físicas, além de antes ter de oferecer presentes para ser aceite e mostrar-se agradecido.

Além das retribuições materiais assimétricas, há que sublinhar as compensações simbólicas ou de lealdade política, a saber, o estrito cumprimento dos deveres religiosos perante a vigilância do padre ou então a votação no partido político do patrono ou cacique local, mais como expressão de agradecimento e/ou forma de pressão perante necessidades futuras.

Jornaleiros e camponeses mais pobres, sobretudo caseiros, tinham de ocultar os seus sentimentos e ressentimentos mais íntimos, evitar dizer mal ou criticar os seus patronos para não serem marginalizados ou sofrerem retaliações. Limitavam-se ora a fugir de tomar partido nas rivalidades internas entre famílias-caciques candidatas à liderança da aldeia, ora, mais frequentemente, a simular uma respeitosa subserviência, ceder (particularmente no caso das criadas e das jornaleiras) aos desejos nomeadamente sexuais dos seus patrões e patronos para lhes caírem nas boas graças e assim manterem o trabalho ou o arrendamento da terra, perfilando uma lealdade política — aliás nem sempre incondicional — perante os protectores ou beneméritos que lhes fossem menos adversos. Esta era, de resto, a única maneira de limitar os riscos inerentes à sua precária existência, atitude esta que não era simples expressão de «falsa consciência», mas obedecia a uma estratégia calculada cujo objectivo central era obter das famílias de médios e abastados lavradores um apoio mínimo. Porém, este «mal necessário» era apenas suportável, na medida em que os camponeses pobres e os jornaleiros sabiam que normalmente os camponeses locais mais dotados não os deixariam, no quadro das expectativas da moral vigente, morrer de fome. Doutro modo, os pobres, designadamente os jornaleiros(as), não tinham qualquer escrúpulo em infringir a dita moral, apoderando-se veladamente, pela calada da noite, de milho e de outros cereais e legumes necessários à sua sobrevivência.

O efeito de isolamento sob o domínio dos patronos e dos caciques é de tal ordem que, quanto mais pobres, dependentes e vulneráveis se encontrassem perante as famílias dos notáveis locais e da autoridade clerical, tanto maior teria de ser, de modo geral, o grau de lealdade aparente, política e/ou religiosa, aos seus patronos — tudo isto na mira de sobreviver no âmbito da organização local. A revolta ou qualquer tipo de conduta desviante, em termos individuais, acarretaria apenas vingança e marginalização, reprovação pública ou até perseguição à pessoa em questão.

6. CONCLUSÃO

444 Tendo presente a questão central inicialmente posta, concluirei que o comportamento sociopolítico considerado «passivo», «inerte», «conserva-

dor» dos camponeses nortenhos deverá ser entendido, no meu modo de ver, a partir de dois factores-chave:

- a) A luta dos camponeses pela manutenção do seu modo de produção e de existência, nomeadamente a conservação do seu pedaço de terra, bem como, eventualmente, das terras comunais como pressuposto do efectivo poder de disposição quanto às condições de produção e seus resultados e, conseqüentemente, base da sua (relativa) autonomia, ao nível quer da família, quer da aldeia. E daí os seus esforços no sentido de contrariarem a interferência do Estado e os prenúncios da secularização ideológica moderna e da incipiente penetração capitalista, que ameaçavam e ameaçam o seu modo de existência e mundividência;
- b) As relações de poder desiguais, sob o sistema de patrocínio e de caciquismo, em que as famílias mais pobres mantinham uma relação de dependência em relação aos camponeses abastados e outros notáveis locais, assim como aos funcionários da vila ou cidade, havendo a sublinhar o decisivo papel que os padres, como líderes eclesiásticos, desempenharam na subordinação dos moradores cren-tes. Visto as próprias fontes de poder serem limitadas, e partindo da ideia mestra de que a sua acção procura conservar o seu modo de organização social, poder-se-á perceber porque é que os camponeses se mantiveram afastados dos acontecimentos políticos no centro do poder, tendo, quando muito, apoiado em dada situação este ou aquele patrono ou figura local que nessa altura pusesse menos em perigo a sua posição e os bens adquiridos, por insignificantes que fossem.

Não é, de modo algum, ilógico ou irracional que os camponeses recorram a várias táticas, de acordo com o seu lugar em cada fase de desenvolvimento de determinada formação social, bem como das relações de poder mutáveis: desde a revolta e mobilização à «inércia» e «passividade», passando pela resistência de índole retraída, defensiva. São os dois lados da mesma medalha, resultantes do grau de exploração pela «sociedade» (classes dominantes e Estado) circundante e da posição social que os camponeses aí detêm.

Neste cenário, os camponeses têm-se mostrado também politicamente hostis ao risco. A respeito do desenvolvimento português poder-se-ia dizer que, exceptuando situações ora de desespero ora de probabilidades de êxito, os camponeses, no seu isolamento de família e de freguesia, são extremamente realistas e não se prestam individualmente a atitudes heróicas. Por outro lado, também não têm escrúpulos em, frequentemente, amparar-se de bandeiras que lhes sejam estranhas. Daí ser indispensável perceber quais as alianças sociais e blocos políticos dominantes presentes, para assim se poder situar a posição dos camponeses, contribuir para explicar o seu comportamento e compreender a estreita margem da sua actuação política.

No limitado quadro da aldeia, e sob o jugo dos representantes locais do bloco conservador, os camponeses não possuíam alternativas; e, não lhes sendo oferecidas outras a partir do exterior, para assegurar a sobrevivência e a melhoria da sua condição social, restava-lhes apenas coexistir com os seus patronos!